

ISSN 18078834

BNB

Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste

53

out/dez - 2017



OBRA PUBLICADA PELO**PRESIDENTE**

Romildo Carneiro Rolim

DIRETORES

Antônio Rosendo Neto Júnior
 Cláudio Luiz Freire Lima
 Henrique Teixeira Moura
 José Max Araújo Bezerra
 Perpétuo Socorro Cajazeiras
 Nicola Moreira Miccione

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves
 Economista Chefe
 Tibério Rômulo Romão Bernardo
 Gerente de Ambiente
 Airton Saboya Valente Junior
 Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
 Macroeconômicos

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
 Luiz Alberto Esteves
 Editor-Chefe
 Tibério Rômulo Romão Bernardo
 Editor-Executivo
 Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Allisson David de Oliveira Martins
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
 Produção Agropecuária
Jackson Dantas Coelho
 Produção Industrial
Liliane Cordeiro Barroso
 Produção de Veículos, Serviços, Comércio Varejista,
 Turismo
Airton Saboya Valente Junior
Rodrigo Fernandes Ribeiro
 Mercado de Trabalho
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
 Comércio Exterior
Laura Lúcia Ramos Freire
 Finanças Públicas e Cesta Básica
Antônio Ricardo de Norões Vidal
 Intermediação Financeira e Índice de Preços
Allisson David de Oliveira Martins
 Estagiário
Rodrigo Fernandes Ribeiro
 Jovem Aprendiz
Yago Carvalho Lima
 Tabulação de Dados
Leonardo Dias Lima
 Revisão
Hermano José Pinho
 Diagramação
Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A**Escrítorio Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 -
 Térreo Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) -
 BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177 Cliente Consulta: 0800
 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - Edição 53 (Outubro –
 Dezembro. 2017).
 Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2017

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1 Nível de Atividade Econômica	04
2. Produção Agropecuária	09
3. Produção Industrial	11
4. Produção de Veículos.....	16
5. Serviços	18
6. Comércio Varejista	20
7. Turismo	22
8. Mercado de Trabalho	26
9. Comércio Exterior	30
10. Finanças Públicas	35
11. Intermediação Financeira	38
12. Índices de Preços	40
13.Cesta Básica	42

1. Nível de Atividade Econômica

O Produto Interno Bruto-PIB do Brasil cresceu 1,0% em 2017, com incrementos na Agropecuária (13,0%) e nos Serviços (0,3%), e estabilidade na Indústria (0,0%). O PIB totalizou R\$ 6,6 trilhões em 2017. O PIB per capita variou 0,2% em termos reais, alcançando R\$ 31.587 em 2017, sendo definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano. As informações são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Registre-se que ocorreram duas quedas consecutivas do PIB, ambas de 3,5%, em 2015 e 2016. O resultado do valor adicionado refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (13,0%), Serviços (0,3%) e Indústria (0,0%), conforme especificado na Tabela 1.

A alta na agropecuária decorreu, principalmente, do desempenho da agricultura, com destaque para as lavouras do milho (55,2%) e da soja (19,4%).

Na Indústria, destaque para a alta na atividade indústrias extrativas (4,3%), e a queda na construção (-5,0%). Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e Indústria de transformação avançaram, respectivamente, 0,9% e 1,7%.

Entre as atividades que compõem os serviços, comércio cresceu 1,8%, seguido por atividades imobiliárias (1,1%), transporte, armazenagem e correio (0,9%) e outras atividades de serviços (0,4%). Os principais resultados negativos foram atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-1,3%), informação e comunicação (-1,1%) e administração, defesa, saúde e educação públicas e segurança social (-0,6%).

Na análise da demanda interna, a formação bruta de capital fixo (FBCF) recuou 1,8%, influenciada pela queda da construção, e a despesa do consumo do governo caiu 0,6%. A despesa de consumo das famílias cresceu 1,0%, o que pode ser explicado pelo comportamento dos indicadores de inflação, juros, crédito, emprego e renda no ano de 2017, vide Tabela 1.

No setor externo, as exportações de bens e serviços cresceram 5,2%, enquanto as importações de bens e serviços avançaram 5,0%. A taxa de investimento no ano de 2017 foi de 15,6% do PIB, abaixo do observado no ano anterior (16,1%). A taxa de poupança foi de 14,8% em 2017 (ante 13,9% no ano anterior).

Tabela 1 - Taxa de crescimento (%) do PIB, componentes da produção e componentes da demanda

Taxa acumulada ao longo do ano						
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior (%)		2016.IV	2017.I	2017.II	2017.III	2017.IV
PIB a preços de mercado		-3,5	0,0	0,2	0,6	1,0
Ótica da produção	Valor adicionado bruto da agropecuária	-4,3	18,5	16,7	14,5	13,0
	Valor adicionado bruto da indústria	-4,0	-1,0	-1,5	-0,9	0,0
	Valor adicionado bruto dos serviços	-2,6	-1,6	-0,9	-0,2	0,3
Ótica da demanda	Despesa de consumo das famílias	-4,3	-1,7	-0,5	0,4	1,0
	Despesa de consumo do governo	-0,1	-0,5	-0,6	-6,0	-0,6
	Formação bruta de capital fixo	-10,3	-3,7	-5,2	-3,6	-1,8
	Exportação de bens e serviços	1,9	1,8	2,1	4,0	5,2
	Importação de bens e serviços (-)	-10,2	9,8	3,0	3,9	5,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O Índice de Atividade Econômica para o Brasil (IBC-BR) cresceu 1,04% em 2017, após apresentar recuo acumulado de 8,0% em 2015 e 2016. Os dados são do Banco Central (Bacen) e estão especificados na Tabela 2. Referidos números ficaram próximos dos resultados do PIB anteriormente especificados.

Quatro das cinco regiões brasileiras apresentaram expansão nos seus respectivos índices de atividades econômicas em 2017: Sul (+2,86%), Norte (+2,67%), Centro-Oeste (+1,94%) e Nordeste (+0,36%). Por outro lado, o Sudeste (-0,73% em 2017) acumula três anos seguidos de declínio (cerca de 7,0%), como mostra a Tabela 2.

Após apresentar recuo acumulado superior a 6,0% em 2015 e 2016, o Índice de Atividade Econômica do Nordeste (IBC-NE) aumentou moderadamente em 2017 (+0,36%), não sendo suficiente, portanto, para recuperar as perdas verificadas em anos recentes. O desempenho do Nordeste seguiu, portanto, abaixo do observado para o País (Gráfico 1).

Em nível estadual, o índice de atividade econômica do Ceará (IBC-CE) ficou praticamente estagnado (+0,08%) em 2017 (Gráfico 2), após registrar perda acumulada de aproximadamente 8,0% em 2015 e 2016. Quanto ao desempenho setorial em 2017, a produção de grãos expandiu 182,4%, a produção física da indústria aumentou 2,2% e as vendas do varejo cresceram 1,9%. Contudo, as receitas de serviços recuaram 7,0%, influenciando, assim, o desempenho desse Estado, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em Pernambuco, o índice de atividade cresceu 0,46% em 2017 (Gráfico 2), após apresentar recuo acumulado de aproximadamente 10,0% em 2015 e 2016. Em 2017, destaque para o incremento da produção de grãos (+195,7%) e aumento das vendas do comércio (+3,5%). Por outro lado, a produção física da indústria (-0,9%) e especialmente as receitas de serviços (-5,3%) recuaram no ano em análise, conforme o IBGE.

O índice de atividade da Bahia apresentou declínio acumulado superior a 8,0% nos últimos três anos, com queda de 0,25% em 2017 (Tabela 1 e Gráfico 2). Produção física da Indústria (-2,7%) e especialmente as receitas dos serviços (-4,5%) contribuíram para os resultados negativos em 2017. Em termos positivos, cabe mencionar que a Bahia segue com a liderança na produção de grãos no Nordeste (8,07 milhões de toneladas), tendo registrado expansão de 42,6% em 2017 quando se compara com a safra anterior, conforme o IBGE.

O índice de atividade econômica avançou em Minas Gerais (+0,41%) em 2017 (Gráfico 3), após registrar declínio de acumulado de quase 7,0% em 2015 e 2016. Em 2017, a

produção física industrial mineira expandiu 1,5% e as vendas do varejo cresceram 2,6%. Por sua vez, as receitas de serviços encolheram 2,5%, de acordo com o IBGE.

O índice de atividade do Espírito Santo (+1,50%) avançou em 2017 (Gráfico 4), após registrar recuo acumulado de 10,0% em 2015 e 2016. Em 2017, a produção física industrial desse Estado expandiu 1,7%, as vendas do comércio varejista cresceram 6,9%, enquanto que as receitas de serviços recuperaram 1,2%, conforme o IBGE.

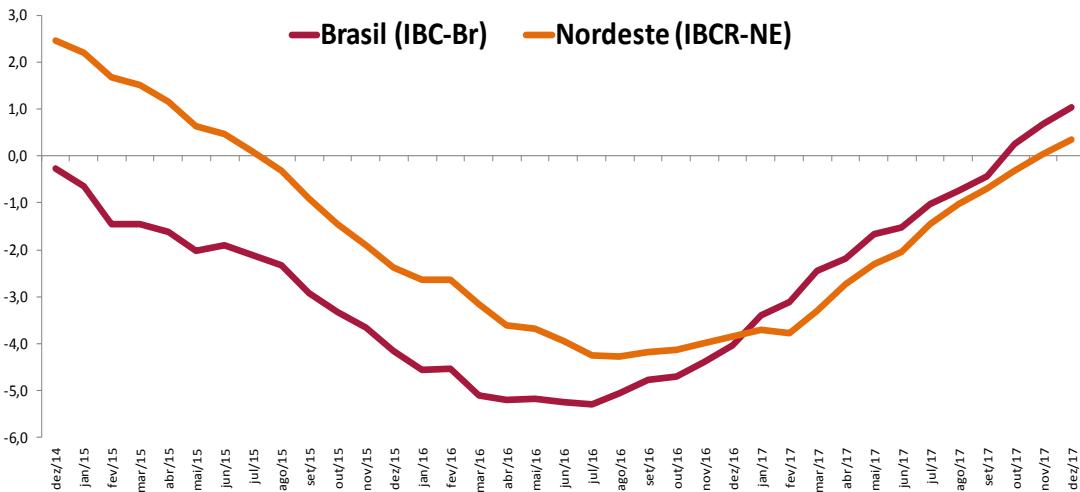
Em síntese, a modesta recuperação econômica verificada em 2017, tanto no Brasil quanto nas regiões e nos Estados, não foi suficiente para repor as perdas ocorridas em 2015 e 2016. Registre-se que indústria e serviços possuem peso considerável na composição econômica do País. A plena recuperação desses setores depende da retomada dos investimentos, que fortalecem a demanda por transportes e por serviços profissionais, além de contribuir para o aquecimento do mercado de trabalho, que impacta no consumo das famílias e, consequentemente, na procura por bens e serviços.

Tabela 2 - Índice de Atividade Econômica do Brasil, regiões e estados selecionados

	2015 ¹	2016 ¹	2017 ¹
Brasil	-4,17%	-4,05%	1,04%
Nordeste	-2,37%	-3,84%	0,36%
Bahia	-2,55%	-5,55%	-0,25%
Ceará	-4,10%	-3,65%	0,08%
Pernambuco	-4,48%	-5,32%	0,46%
Sudeste	-2,86%	-4,12%	-0,14%
Espírito Santo	-1,58%	-8,23%	1,50%
Minas Gerais	-3,81%	-2,77%	0,41%
Norte	-2,81%	-3,53%	2,67%
Centro-Oeste	-1,23%	-2,60%	1,93%
Sul	-3,77%	-3,93%	2,86%

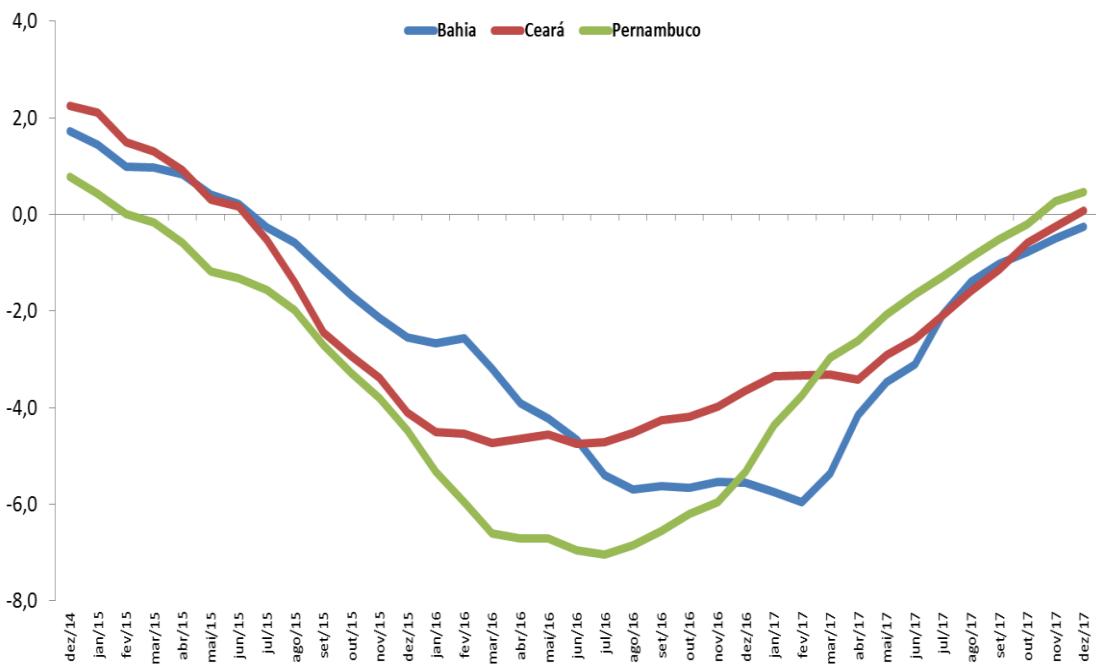
Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 1 - Índice de Atividade Econômica do Brasil e do Nordeste - Acumulado em 12 meses



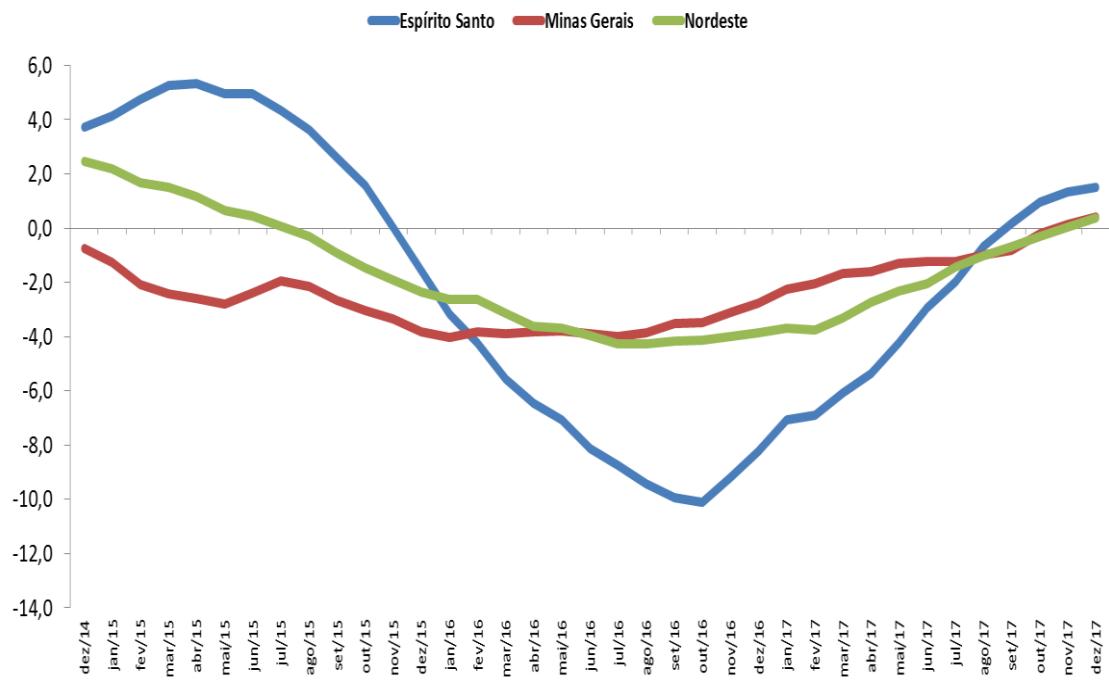
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 2 - Índice de Atividade Econômica da Bahia, Ceará e Pernambuco - Acumulado em 12 meses



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 3 - Índice de Atividade Econômica do Espírito Santo, Minas Gerais e Nordeste - Acumulado em 12 meses



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

2. Produção Agropecuária

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a safra nacional de grãos em 2017 totalizou 240,6 milhões de toneladas, representando 54,8 milhões de toneladas (29,5%) a mais que em 2016. A área colhida com grãos no País aumentou 7,2%, de 57,1 milhões para 61,2 milhões de hectares. Os dados de produção e área colhida para as principais culturas estão especificados na Tabela 1.

Em relação às culturas, cabe ressaltar os aumentos significativos para a produção no País: milho (+55,2%), soja (+19,4%) e arroz (+17,2%). Os três produtos, somados, representam 94,4% da estimativa da produção nacional e responderam por 87,9% da área colhida.

O IBGE considera outros produtos além dos grãos, como frutas, café, cana, algumas verduras e fibras, com parte delas tendo registrado aumento, partindo de uma produção significativa, a exemplo da banana (+6,21%, de 6,8 milhões de toneladas para 7,2 milhões de toneladas); castanha-de-caju (+80,5%, de 74,5 mil toneladas para 134,5 mil toneladas); laranja (8,2%, de 17,2 milhões de toneladas para 18,6 milhões de toneladas); tomate (4,9%, de 4,1 milhões de toneladas para 4,3 milhões de toneladas); e uva (70,7%, de 984 mil para 1,68 milhão de toneladas). As melhores condições de clima no País auxiliaram na expansão da produção agrícola (Tabela 1).

A safra de grãos do Nordeste subiu 85,6% em relação a 2016, puxada principalmente pelo aumento da produção de: arroz (67,0%), beneficiada pelo clima mais chuvoso que favoreceu a produção de sequeiro; feijão (no total das três safras, 108,2%), em que houve uma reavaliação das estimativas para mais, também por conta do clima favorável; milho (no total das duas safras, 103,5%), incremento alavancado por uma produtividade maior; e soja (84,5%).

Entre outros produtos em que houve aumento a partir de uma base significativa, estão: banana (4,2%, de 2,28 milhões para 2,38 milhões de toneladas); abacaxi (18,4%, de 580,9 milhões de frutos para 687,75 milhões de frutos); mandioca (7,6%, de 4,80 milhões para 5,17 milhões de toneladas); e uva (37,4%, de 323,9 mil toneladas para 444,9 mil toneladas), vide Tabela 1.

Entre os estados do Nordeste, ocorreu aumento de forma expressiva na produção de arroz (144% Piauí, 61,9% no Maranhão e 10,6% na Bahia), algodão herbáceo (28,0% no Maranhão); feijão (85,5% na Bahia); milho (139,0% no Maranhão, 139,6% no Piauí, 225,5% no Ceará; 462,9% em Sergipe e 28,7% na Bahia); soja (87,8% no Maranhão, 213,6% no Piauí e 57,7% na Bahia); banana (21,3% no Ceará, 36,1% no Rio Grande do Norte e 57,1% em Alagoas); cana-de-açúcar (14,1% no Piauí e 12,2% em Pernambuco); laranja (85,2% no Rio Grande do Norte, 20,5% em Alagoas e 11,0% em Pernambuco); mandioca (36,5% no Piauí, 22,5% no Ceará, 16,1% no Rio Grande do Norte, 44,3% em Pernambuco, 8,9% em Alagoas e 6,3% na Bahia); fumo (239,1% Alagoas e 10,4% em Sergipe), café conilon (144,7% na Bahia); abacaxi (52,1% no Maranhão); tomate (26,1% em Piauí) e castanha-de-caju (171,2% no Ceará, 51,7% no Piauí e 13,8% no Rio Grande do Norte).

Bahia segue com a liderança na produção de grãos no Nordeste (8,07 milhões de toneladas), tendo registrado expansão de 42,6% em comparação com a safra anterior. Segue Maranhão (4,4 milhões de toneladas), com aumento de 103,8% em relação à safra passada; e Piauí (3,6 milhões de toneladas), com incremento de 180,1%. Referidos estados devem responder por 90,6% da produção de grãos do Nordeste em 2017. Os maiores incrementos de produção ocorreram em Sergipe (381,0%), Pernambuco (195,7%), Alagoas (186,6%) e Ceará (182,4%).

Tabela 1 - Safras agrícolas do Brasil e do Nordeste - 2016 e 2017 - Em toneladas ⁽¹⁾

Produto	Brasil		Var. (%)	Nordeste		Var. (%)
	Safra 2016	Safra 2017		Safra 2016	Safra 2017	
1 Cereais, leguminosas e oleaginosas	185.781.354	240.604.746	29,5	9.627.976	17.868.701	85,6
1.1 Algodão herbáceo	3.462.647	3.838.785	10,9	954.098	940.946	-1,4
1.2 Amendoin	564.683	541.178	-4,2	9.683	10.758	11,1
1.3 Arroz	10.622.189	12.452.662	17,2	271.226	453.037	67,0
1.4 Aveia	878.713	609.130	-30,7	-	-	-
1.5 Centeio	6.477	6.959	7,4	-	-	-
1.6 Cevada	379.375	286.405	-24,5	-	-	-
1.7 Feijão	2.615.826	3.291.312	25,8	302.702	630.282	108,2
1.8 Girassol	80.695	103.338	28,1	-	-	-
1.9 Mamona	24.620	11.834	-51,9	23.623	10.984	-53,5
1.10 Milho	64.143.414	99.546.028	55,2	3.161.408	6.432.124	103,5
1.11 Soja	96.296.714	114.982.993	19,4	5.145.197	9.491.271	84,5
1.12 Sorgo	1.175.759	2.147.706	82,7	112.337	263.268	134,4
1.13 Trigo	6.834.421	4.241.602	-37,9	19.800	3.000	-84,8
1.14 Triticale	46.253	41.940	-9,3	-	-	-
2 Abacaxi (mil frutos)	1.796.370	1.704.403	-5,1	580.905	687.759	18,4
3 Alho	132.359	132.868	0,4	5.710	5.679	-0,5
4 Banana	6.764.585	7.185.903	6,2	2.286.057	2.381.001	4,2
5 Batata inglesa	3.851.398	4.279.797	11,1	318.682	266.713	-16,3
6 Cacau	213.843	214.348	0,2	115.756	83.869	-27,5
7 Café	3.019.051	2.776.621	-8,0	130.365	183.897	41,1
8 Cana-de-açúcar	768.678.382	687.809.933	-10,5	55.698.720	48.367.207	-13,2
9 Castanha-de-caju	74.541	134.580	80,5	72.999	133.028	82,2
10 Cebola	1.656.916	1.719.412	3,8	324.488	360.699	11,2
11 Coco-da-baía (mil frutos)	1.766.164	1.791.988	1,5	1.355.267	1.334.338	-1,5
12 Fumo	675.547	871.247	29	8.125	16.173	99,1
13 Guaraná	3.726	3.288	-11,8	2.748	2.340	-14,8
14 Laranja	17.251.291	18.666.928	8,2	1.744.673	1.609.058	-7,8
15 Maçã	1.049.251	1.254.614	19,6	30	1	-96,7
16 Malva	2.785	4.401	58	-	-	-
17 Mandioca	21.082.867	20.606.037	-2,3	4.806.999	5.172.156	7,6
18 Pimenta-do-reino	54.426	78.670	44,5	5.591	5.394	-3,5
19 Sisal ou agave	180.948	100.788	-44,3	180.948	100.788	-44,3
20 Tomate	4.169.447	4.373.047	4,9	538.566	526.530	-2,2
21 Uva	984.451	1.680.020	70,7	323.925	444.958	37,4

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Abacaxi e Coco-da-baía têm produção dada em mil frutos.

3. Produção Industrial

O nível de produção da indústria nacional, em dezembro de 2017, apresentou, pelo quarto mês consecutivo, elevação em praticamente todas as bases de comparação: frente ao mês anterior (+2,8%); comparado a dezembro de 2016 (+4,3%); no quarto trimestre de 2017 (+4,9%), ante igual período de 2016, e no fechamento do ano de 2017 (+2,5%). Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil (PIM-PF/BR) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção industrial que vinha caindo menos desde junho de 2016 (-9,7%), conforme a taxa acumulada de 12 meses (taxa anualizada), passou a apresentar variação positiva desde setembro de 2017 (0,4%) e registrou elevação de 2,5% em dezembro, conforme se observa no Gráfico 1. Apesar deste resultado, a indústria ainda se encontra em busca de recuperação das perdas, tendo em vista, por exemplo, a retraída base de comparação, ou seja, três anos seguidos de queda: -6,4% em 2016, -8,3% em 2015 e -3,0% em 2014, numa baixa acumulada de 16,7%. Por outro ângulo, o nível de produção referente ao mês de dezembro de 2017 ficou 13,8% abaixo do nível recorde alcançado em junho de 2013.

Entre as grandes categorias econômicas (Gráfico 2), a observação da evolução da taxa anualizada, durante o período de janeiro a dezembro de 2017, aponta para uma sequência de melhoria nos resultados, com aumento no ritmo de taxas positivas, desde maio de 2017, tanto no setor de bens de capital (6,0% em dezembro, mas, neste caso, com leve redução no ritmo de elevação), quanto no de bens de consumo duráveis (13,3%).

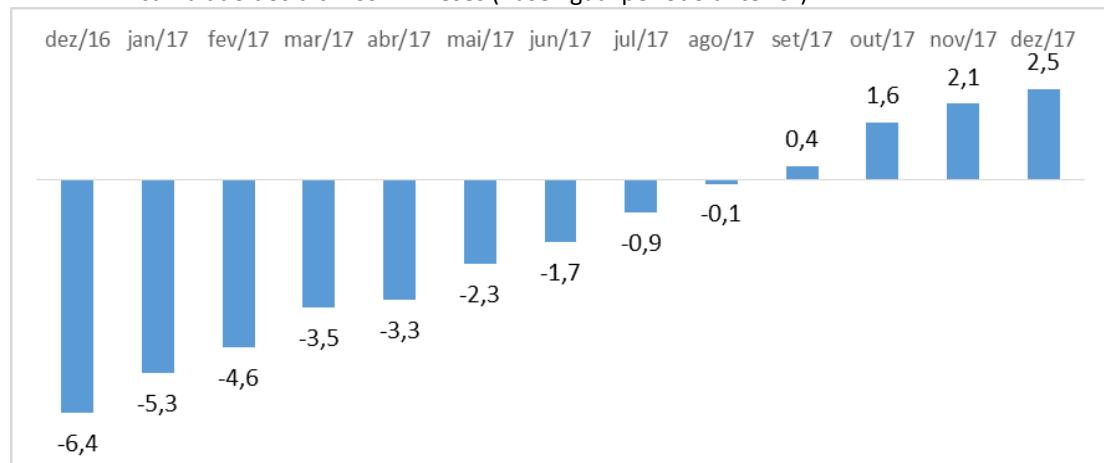
Para o mesmo período, o setor de bens intermediários também registra trajetória de elevação das taxas anualizadas, atingindo percentual positivo desde outubro (0,8%) e fechou o ano com elevação de 1,6%. Os índices acumulados do segmento de bens de consumo semi e não duráveis também abandonaram as taxas negativas apenas em outubro (0,0%) e assinalaram resultado positivo no fechamento de 2017 (0,9%), conforme se observa no Gráfico 2.

Ainda assim, os sinais mais animadores do setor industrial e, de forma específica, das grandes categorias econômicas, devem ser relativizados, tendo em vista que ocorrem sobre bases de comparação retraiadas. No caso dos bens de capital, a elevação de 6,0% em 2017, ocorreu após uma redução acumulada de -39,2% entre os anos de 2014 a 2016. O crescimento mais robusto de 13,3% nos bens de consumo duráveis, em 2017, ocorreu sobre uma retração acumulada de -36,6%, referente aos três anos anteriores. A elevação de 1,6% no segmento de bens intermediários, em 2017, recupera modestamente a perda acumulada de -13,5% e a elevação de 0,9%, para os bens de consumo semi e não duráveis, pouco representa diante da queda de -9,7% ocorrida também de forma acumulada, ambos referentes aos anos de 2014 a 2016. Estes dados revelam a defasagem entre o potencial produtivo e o atual nível de ociosidade da indústria nacional.

Dentre as diversas atividades industriais, 19 dos 26 ramos pesquisados apresentaram resultados positivos em 2017. Os maiores impactos sobre a média nacional vieram da produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (+17,2%); indústrias extractivas (+4,6%); equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (+19,6%); metalurgia (+4,7%); produtos alimentícios (1,1%); produtos de borracha e material plástico (4,5%); celulose, papel e produtos de papel (3,3%); máquinas e equipamentos (2,6%) e produtos do fumo (20,4%).

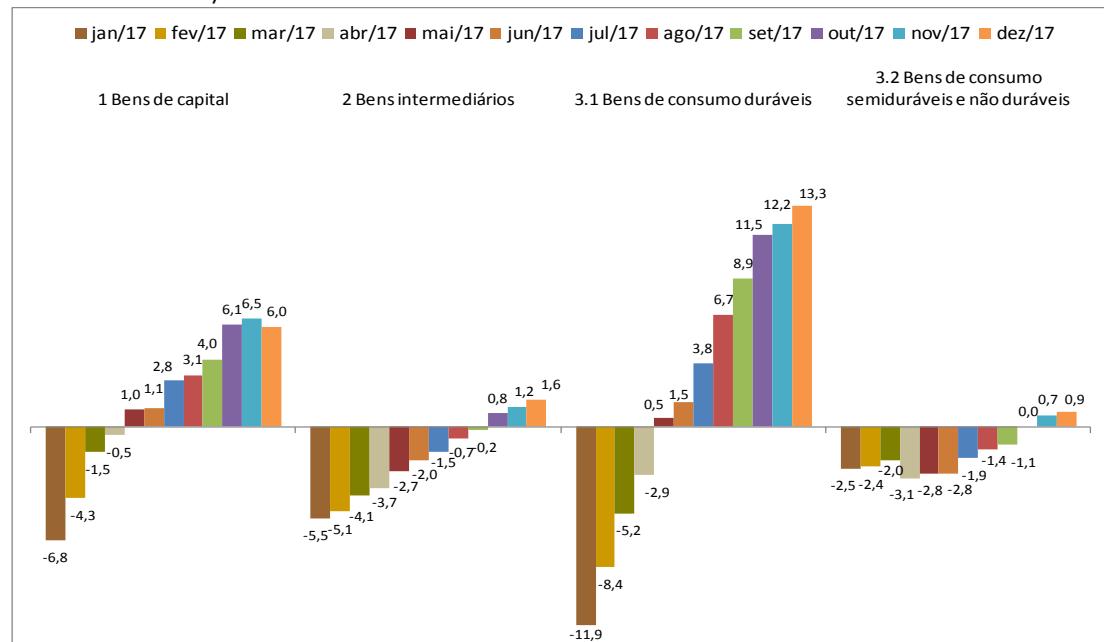
Assinalaram os principais resultados negativos: coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-4,1%); outros equipamentos de transporte (-10,1%); produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-5,3%); produtos de minerais não metálicos (-3,1%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-3,5%).

Gráfico 1 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) - Brasil - dez/2017 a dez/2018 - Acumulado dos últimos 12 meses (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE

Gráfico 2 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial por grandes categorias econômicas (%) - Brasil - jan/2017 a dez/2017 - Acumulado dos últimos 12 meses (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB / ETENE, com dados do IBGE.

Pode-se admitir que em dezembro de 2017, o nível de atividade industrial no Nordeste (-0,2%), assim como em novembro (0,1%), apresentou relativa estabilidade, frente ao mês imediatamente anterior. Este resultado foi na contramão da média nacional de dezembro (+2,8%) que subiu pelo quarto mês consecutivo. Na comparação de dezembro de 2017 com dezembro de 2016, a indústria regional também observou retração (-2,3%), ante um crescimento de 4,3% na média do País, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O indicador referente ao 4º trimestre de 2017, contra igual período do ano anterior, fechou com estabilidade para o Nordeste (0,0%) e elevação de 4,9%, na média nacional. Por sua vez, a taxa anualizada brasileira, referente ao fechamento do ano de 2017 ficou positiva em dezembro (+2,5%), pelo quarto mês consecutivo, enquanto a regional (-0,5%) continua registrando perdas (Gráfico 3).

Dentre os estados da Região, divulgados pelo IBGE, apenas o Ceará alcançou taxa positiva no fechamento de 2017 (Gráfico 4). Em dezembro, pelo quarto mês seguido, a indústria do Estado apresentou elevação na taxa anualizada, apesar da pequena redução no ritmo de crescimento (de 2,6% em novembro para 2,2% em dezembro). Em relação ao 4º trimestre, a produção industrial cearense subiu em 3,6% e registrou índice de -0,1% em dezembro, frente a igual período do ano anterior. Na passagem de novembro para dezembro de 2017, a produção avançou 4,9%.

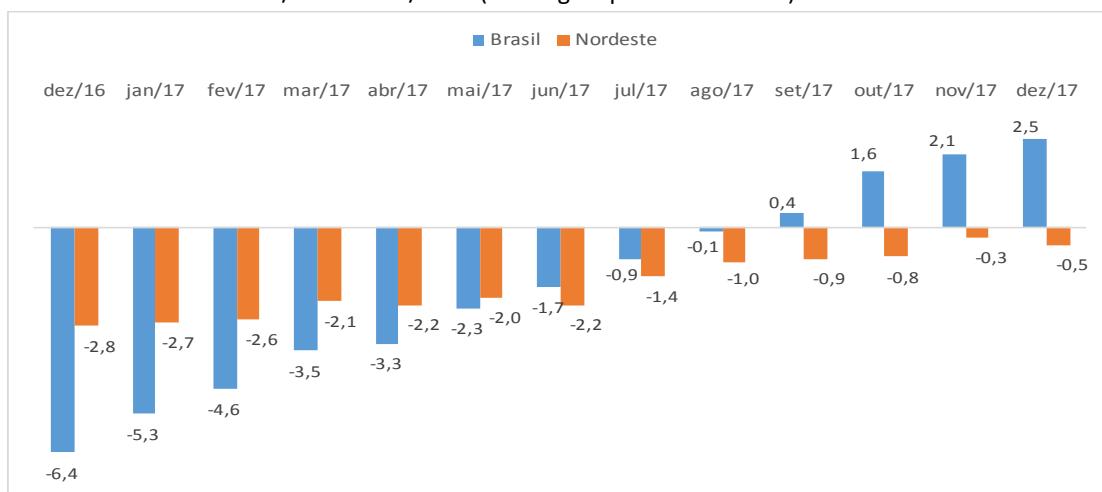
Desde julho de 2017, a taxa anualizada da indústria baiana (-6,0%) vem melhorando, mas continua negativa e assinalou recuo em dezembro (-1,7%), relativo ao fechamento do ano de 2017 (Gráfico 4). Também houve retração no índice referente ao 4º trimestre de 2017 (-0,6%), bem como nas comparações mensais: -1,5%, frente ao mês anterior e -1,8%, ante dezembro de 2016.

Após apresentar estabilidade em novembro (0,0%), a taxa anualizada da indústria de Pernambuco (Gráfico 4) fechou o ano de 2017 com retração (-0,9%). Na variação referente ao 4º trimestre, o percentual continuou negativo (-2,2%), assim como na comparação mensal: frente ao mês imediatamente anterior (-1,8%) e ante dezembro de 2016 (-2,5%).

No Nordeste, a taxa de crescimento industrial no ano de 2017 (-0,5%) repercutiu a queda da produção em sete das quinze atividades pesquisadas, a exemplo de coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (-10,4%); produtos alimentícios (-3,3%); metalurgia (-9,1%); produtos de minerais não metálicos (-10,2%) e indústria extrativa (-3,9%). Registraram aumento: veículos, reboques e carrocerias (+37,4%); vestuário e acessórios (+10,9%); produtos de borracha e plástico (+4,1%); couro, artigos para viagem e calçados (+1,2%) e produtos têxteis (+2,6%).

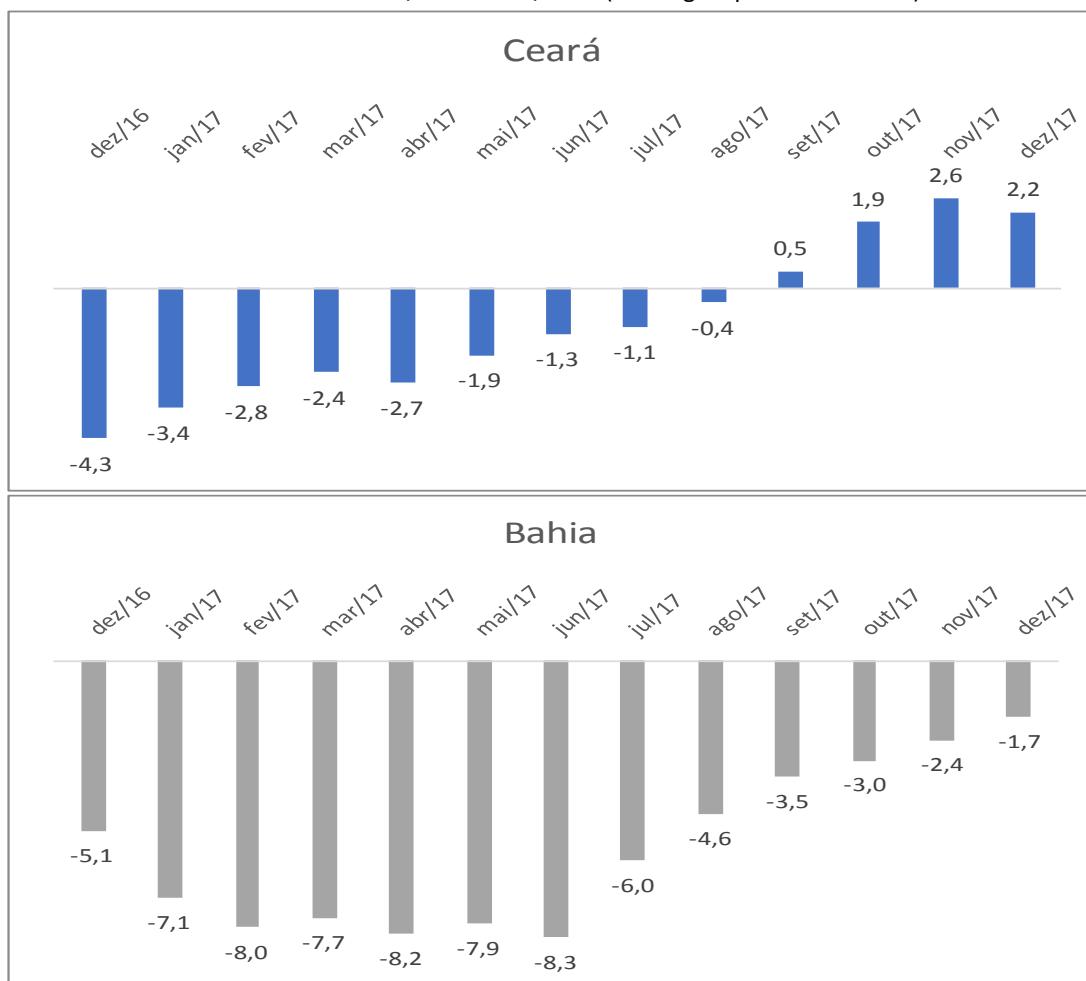
No Ceará (+2,2%), cresceram oito das onze atividades pesquisadas, com destaque para metalurgia (+41,8%); couro, artigos para viagem e calçados (+5,2%); vestuário e acessórios (+9,1%); produtos alimentícios (+2,7%) e produtos têxteis (+9,8%). Em Pernambuco (-0,9%), cinco das doze atividades assinalaram aumento, destacando-se: outros equipamentos de transporte (+31,5%); produtos de metal (+33,3%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (4,0%) produtos de borracha e plástico (+1,0%) e metalurgia (+0,6%). Na Bahia (-1,7%), seis dos doze setores registraram elevação, sobressaíram-se: veículos, reboques e carrocerias (+30,8%); produtos de borracha e plástico (6,6%); produtos alimentícios (+2,8%); couro, artigos para viagem e calçados (+5,5%) e indústria extrativa (+2,2%).

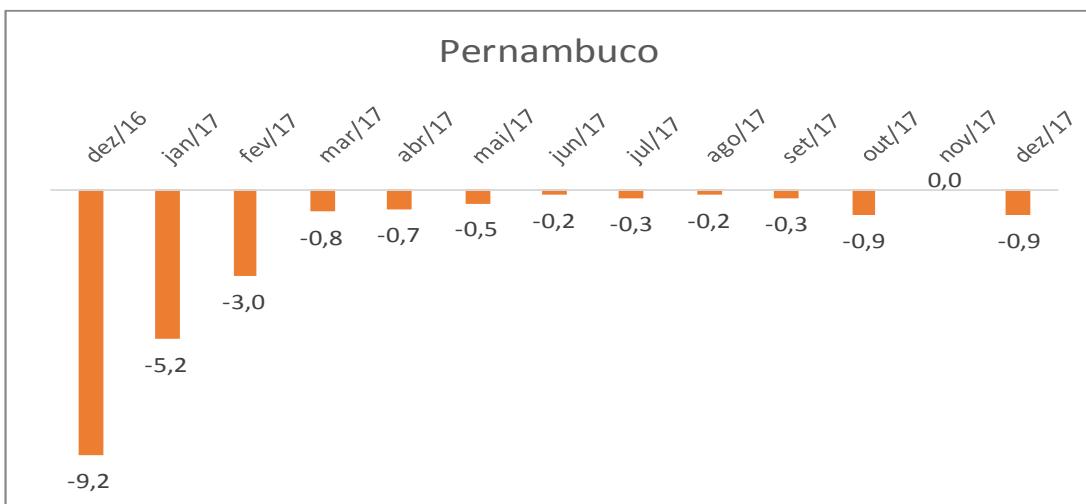
Gráfico 3 - Produção Industrial: taxa de crescimento acumulada nos últimos 12 meses (%) - Brasil e Nordeste – dez/2016 a dez/2017 (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Gráfico 4 - Produção Industrial: taxa de crescimento acumulada dos últimos 12 meses (%) – Bahia, Ceará e Pernambuco – dez/2016 a dez/2017 (Base: igual período anterior)





Fonte: Elaborado pelo ETENE/BNB, com dados do IBGE.

4. Produção de Veículos

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) informou que a produção de veículos atingiu cerca de 2,7 milhões de unidades no Brasil em 2017. O volume ficou 25,2% acima da produção do ano de 2016, quando foram montados 2,1 milhões de veículos (Tabela 1).

No acumulado, os automóveis e comerciais leves, juntos, somaram 2.596.115 unidades no ano passado, aumento de 25,0% em comparação com 2016. Entre os veículos pesados, foram fabricados 82.887 caminhões nos doze meses de 2017 ante 60.482 em igual período imediatamente anterior, representando um incremento de 37,0%. No caso dos ônibus, as montadoras produziram 20.670 unidades de janeiro a dezembro de 2017, aumento de 10,5% sobre o resultado do ano anterior, quando foram fabricadas 18.705 unidades (Tabela 1).

A indústria automobilística vinha sofrendo sucessivos declínios de produção: 3,1 milhões em 2014; 2,4 milhões em 2015; e 2,2 milhões em 2016.

Quanto às máquinas agrícolas, a fabricação totalizou, ao fim do ano, 54.988 unidades representando um pequeno aumento de 1,8% em comparação com o ano de 2016, apesar das favoráveis previsões para a safra agrícola 2016/2017.

Ainda segundo a Anfavea, o setor automotivo (autoveículos, máquinas agrícolas e rodoviárias), que empregou diretamente 104.412 pessoas em dezembro de 2016, ganhou força de trabalho e atualmente conta com 108.331 empregados, registrando, assim, variação positiva 3,8%.

Quanto ao comércio exterior, a demanda externa por veículos gerou incremento nas quantidades exportadas no ano anterior. Assim, no ano passado, a exportação de autoveículos alcançou 762.033 unidades, em comparação com 520.137 unidades em 2016, representando um acréscimo de 46,5%.

As vendas também reagiram positivamente, visto que em 2017, o total de licenciamentos de veículos nacionais e importados foi de 2.239.683 unidades e, em comparação com o ano anterior, apresentou aumento de 9,2%.

Nesta base de comparação, de acordo com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas (Abracicro), a indústria motociclística nacional, que vem obtendo resultados negativos desde 2012, fechou o ano passado com queda na produção (-0,5%), de 887.653 unidades em 2016 para 882.876 em 2017, e nas vendas internas (-5,1%), de 858.120 para 814.573 (Tabela 2).

Em contraposição, o comércio exterior de motocicletas seguiu trajetória ascendente, totalizando 81.789 unidades exportadas em 2017, frente a 59.022 motocicletas vendidas no mercado externo no ano anterior, representando variação positiva de 38,6%, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 1 - Produção de veículos, máquinas agrícolas e rodoviárias no Brasil em 2016 e 2017 - Em unidades

Segmentos	2016	2017	Var. %
Veículos leves	2.077.169	2.596.115	25,0
Automóveis	1.778.464	2.269.468	27,6
Comerciais leves	298.705	326.647	9,4
Caminhões	60.482	82.887	37,0
Semileves	2.239	2.311	3,2
Leves	16.634	17.842	7,3
Médios	3.228	6.588	104,1
Semipesados	17.095	23.717	38,7
Pesados	21.286	32.429	52,3
Ônibus	18.705	20.670	10,5
Rodoviário	4.276	4.526	5,8
Urbano	14.429	16.144	11,9
Total	2.156.356	2.699.672	25,2
Máquinas agrícolas/rodoviárias	54.032	54.988	1,8

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Anfavea.

Tabela 2 - Produção, vendas e exportações físicas de motocicletas no Brasil em 2016 e 2017 - Em unidades

Indicadores	2016	2017	Var.%
Produção	887.653	882.876	-0,5
Vendas internas - atacado	858.120	814.573	-5,1
Exportações físicas	59.022	81.789	38,6

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Abraciclo.

5. Serviços

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, as receitas de serviços declinaram 2,8% no País em 2017 (Gráfico 1). Entre os cinco grupos pesquisados, o único a registrar acréscimo foi o de transportes e serviços auxiliares (+2,3%). Em contraposição, outros serviços (-8,9%), que inclui atividades imobiliárias e serviços públicos, serviços profissionais e administrativos (-7,3%) além de serviços de informação e comunicação (-2,0%), que estão associados à realização de investimentos, reduziram-se. Serviços prestados às famílias (-1,1%), relacionado com o consumo, também caiu, conforme especificado na Tabela 1.

Quanto às subatividades, destacaram-se positivamente: transporte aquaviário (+17,5%), armazenagem (+8,1%) e serviços de tecnologia da informação (+2,0%). Em contraste, transporte aéreo (-19,4%), serviços técnico-profissionais (-12,4%) e serviços audiovisuais (-7,5%) declinaram de forma expressiva em 2017 (Tabela 1).

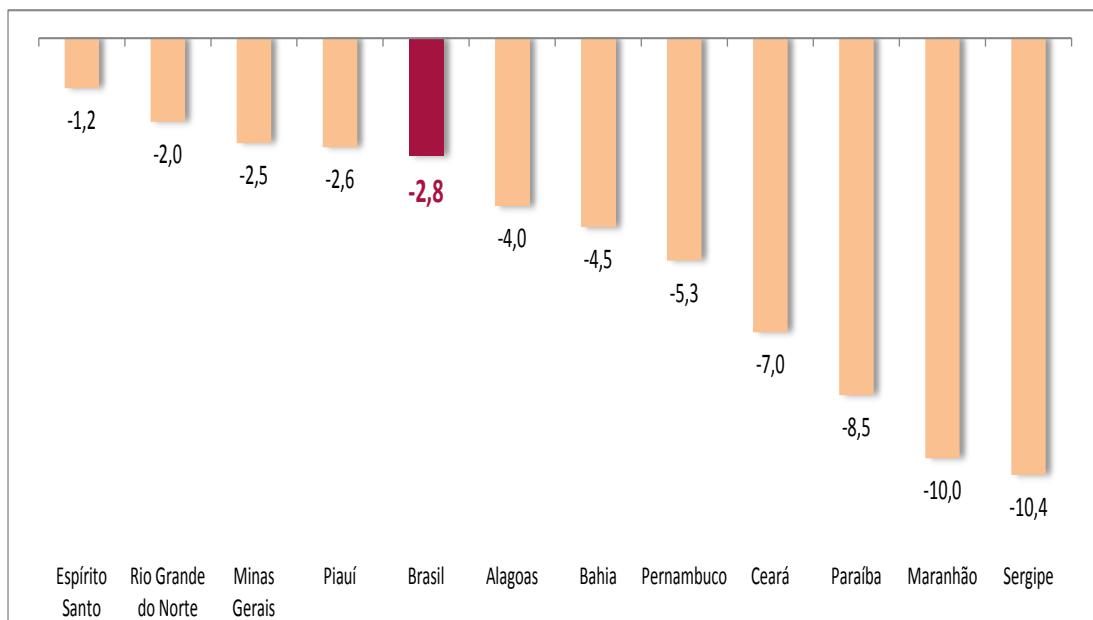
As receitas de serviços reduziram-se em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste: Sergipe (-10,4%), Maranhão (-10,0%), Paraíba (-8,5%), Ceará (-7,0%), Pernambuco (-5,3%), Bahia (-4,5%) e Alagoas (-4,0%), com desempenho abaixo da variação média nacional (-2,8%), como demonstra o Gráfico 1. Espírito Santo (-1,2%), Rio Grande do Norte (-2,0%), Minas Gerais (-2,5%) e Piauí (-2,6%) também apresentaram queda (Gráfico 1).

O IBGE detalha o setor de serviços para cinco estados da área de atuação do Banco do Nordeste. No caso do Ceará, somente serviços prestados às famílias (+11,4%) obteve crescimento em 2017. Outros serviços (-23,0%), serviços profissionais (-9,0%) e serviços de informação e comunicação (-8,4%) apresentaram expressivos declínios. Em Pernambuco, somente serviços prestados às famílias cresceu (+13,4%), enquanto que serviços profissionais (-11,4%), transporte (-9,1%) e serviços de informação e comunicação registraram quedas. Na Bahia, os serviços de transporte cresceram (+5,1%), ao contrário de serviços profissionais (-19,1%), outros (-8,2%) e serviços de informação e comunicação (-4,8%). Em Minas Gerais, serviços prestados às famílias (+20,3%), outros (+10,2%) e serviços profissionais (+5,7%) expandiram, ante o decréscimo de serviços de informação e comunicação (-11,0%). No Espírito Santo, outros serviços (+18,3%), transporte (+4,8%) e serviços de informação e comunicação (+2,9%) obtiveram desempenho favorável, enquanto serviços prestados às famílias (-9,8%) e serviços profissionais (-6,6%) declinaram, como mostra a Tabela 1.

De acordo com a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o setor de serviços no País, apresentará retomada lenta em 2018, estando dependente de um aumento no consumo das famílias e do crescimento da atividade de transportes. Embora, do ponto de vista dos preços, o setor de serviços tenha registrado em 2017 sua menor inflação anual (+4,5%) desde o ano 2000 (+3,1%), o fraco desempenho das atividades voltadas para os investimentos prolongou a recessão no setor terciário. O indicador IPEA de investimentos caiu aproximadamente 30% nos últimos 4 anos.

Ainda segundo a Confederação, a expectativa é de que o setor fique praticamente estagnado em 2018, com projeção de crescimento de apenas 0,7%, não compensando, assim, a retração de 11,8% nos últimos 3 anos. A última vez que o volume de receitas de serviços avançou foi em 2014 (+2,5%).

Gráfico 1 - Variação (%) do volume de serviços em 2017 - Brasil e estados selecionados



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades em 2017

Atividades e subatividades	Var.%
Serviços prestados às famílias	-1,1
Serviços de alojamento e alimentação	-0,3
Outros serviços prestados às famílias	-5,5
Serviços de informação e comunicação	-2,0
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	-0,8
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-7,5
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-7,3
Serviços técnico-profissionais	-12,4
Serviços administrativos e complementares	-4,5
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	2,3
Transporte terrestre	0,9
Transporte aquaviário	17,5
Transporte aéreo	-19,4
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	8,1
Outros serviços	-8,9
Total	-2,8

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

6. Comércio Varejista

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as vendas do comércio varejista nacional cresceram 2,0% em 2017. O comércio ampliado, que inclui o varejo, a comercialização de veículos e material de construção, aumentou 4,0% nesta mesma base de comparação (Gráfico 1 e Tabela 1).

Os grupos de atividade comercial que registraram as maiores expansões foram eletrodomésticos (+10,2%), material de construção (+9,2%) e tecidos, vestuário e calçados (+7,6%). Por outro lado, livros, jornais e revistas (-4,2%), combustíveis e lubrificantes (-3,3%) e equipamentos para escritório (-3,1%) apresentaram recuos, conforme especificado na Tabela 1.

Quanto aos estados, o varejo seguiu trajetória ascendente em 2017 em Alagoas (+7,7%), Minas Gerais (+5,0%), Pernambuco (+4,7%), Maranhão (+4,5%), Rio Grande do Norte (+1,6%) e Piauí (+0,2%), com os quatro primeiros apresentando variações acima da média nacional (+2,0%). Por sua vez, Bahia (-0,3%), Ceará (-1,9%), Espírito Santo (-2,3%), Paraíba (-3,3%) e Sergipe (-5,7%) obtiveram queda nas vendas do varejo (Gráfico 1).

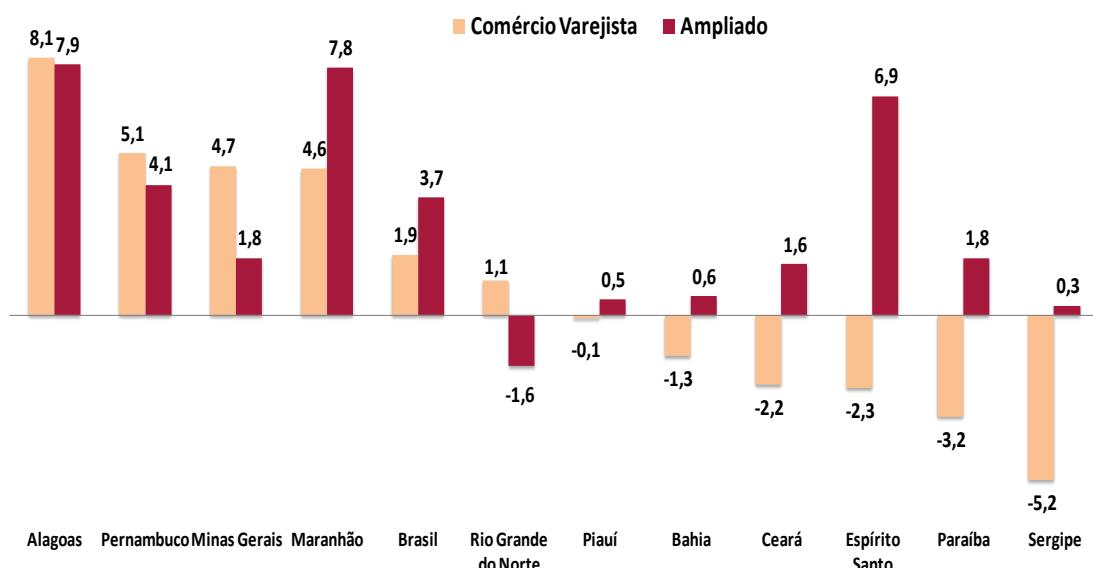
Em relação ao comércio varejista ampliado, Maranhão (+7,7%), Alagoas (+7,5%) e Espírito Santo (+6,9%) apresentaram crescimento do volume de vendas acima do registrado no País (+4,0%) em 2017. Pernambuco (+3,5%), Minas Gerais (+2,6%), Ceará (+1,9%), Paraíba (+1,6%), Bahia (+1,2%) e Piauí (+0,5%) ficaram com incrementos, porém abaixo da média nacional (+4,0%). Em contraste, Sergipe (-0,2%) e Rio Grande do Norte (-1,6%) registraram queda, como mostra o Gráfico 1.

O IBGE detalha o setor comercial para cinco estados da área de atuação do Banco do Nordeste. No caso do Ceará, a venda de material de construção (+17,7%), equipamentos para escritório (15,4%) e artigos farmacêuticos (+12,9%) apresentaram os desempenhos mais robustos. Em Pernambuco, cabe destacar a comercialização de material para escritório (+57,3%), eletrodomésticos (+32,75) e tecidos, vestuário e calçados (+13,8%). Na Bahia, as maiores altas de vendas ocorreram em eletrodomésticos (+32,9%), livros, jornais e revistas (+23,9%) e outros artigos de uso pessoal (+8,6%). Em Minas Gerais, os destaques foram tecidos, vestuários e calçados (+32,5%), hipermercados e supermercados (+15,1%) e eletrodomésticos (+10,95). No Espírito Santo, sobressaíram-se móveis (+41,2%), veículos, partes e peças (+30,5%) e equipamentos para escritório (+26,6%), conforme especificado na Tabela 1.

No conceito restrito do varejo, a retração do volume de vendas gerou uma perda acumulada de 10,5% em 2015 e 2016. Portanto, em 2017, o setor recuperou apenas 2,0% do declínio provocado pela recessão. No conceito ampliado, a perda alcançou 20,5% no acumulado de 2015 e 2016, ocorrendo recuperação de apenas 4,0% em 2017.

A Confederação do Comércio, Serviços e Turismo (CNC) projeta para 2018 maior ritmo de atividade econômica, estimulada pelo consumo das famílias em um ambiente de inflação reduzida e juros menores. Assim, as vendas no varejo restrito devem alcançar 3,2%, enquanto que o varejo ampliado deve crescer 5,0%.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio em 2017 - Brasil e estados selecionados



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio e grupos de atividades em 2017 - Brasil e estados selecionados

Comércio e Atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	1,9	-2,2	5,1	-1,3	4,7	-2,3
Combustíveis e lubrificantes	-2,9	-24,8	2,5	-3,2	-25,5	-8,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1	-0,3	0,3	-13,9	12,1	-11,5
-Hipermercados e supermercados	1,3	-6,9	-10,1	-14,4	14	-10,1
Tecidos, vestuários e calçados	7,7	-2,8	16,8	6,2	31,4	15,8
Móveis e eletrodomésticos	9,7	-11,1	19,1	26,7	10,7	19,2
-Móveis	-3	-28,9	-7,1	4,9	-4	39,5
-Eletrodomésticos	10,4	1,1	32	31,7	11,9	-1,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	2	12,8	-12,7	-4,9	-1,5	11,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	-3,5	-13,7	-24,2	24,7	10,6	-11,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-1,2	16,3	54,8	5	-26,5	25,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,6	7,9	4,3	8,1	-1,3	-5,9
Comércio varejista ampliado	3,7	1,6	4,1	0,6	1,8	6,9
Veículos, motocicletas, partes e peças	2,4	6,4	7,7	3,6	-21,1	30,7
Material de construção	9,2	18,1	-15,9	6,1	0,5	-21

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

7. Turismo

As empresas aéreas brasileiras transportaram, em voos domésticos e internacionais, um total de 98.984.771 passageiros pagos em 2017. O número representa uma elevação de 2,93% em relação aos 96.162.612 passageiros pagos que usaram o transporte aéreo em 2016. Em recuperação, demanda e oferta se expandiram no mercado doméstico e no internacional, que proporcionalmente deu uma contribuição maior para a retomada do crescimento.

De acordo com dados do relatório Demanda e Oferta do Transporte Aéreo – Empresas Brasileiras, divulgado nesta quinta-feira pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), 8.357.924 passageiros pagos foram transportados por empresas brasileiras em voos internacionais com origem ou destino no Brasil, representando uma alta de 11,7% em relação a 2016, quando o número foi de 7.485.043. No mercado doméstico, os embarques cresceram 2,2% em 2017, passando de 88.677.569 passageiros para 90.626.847.

No acumulado do ano, em comparação com igual período de 2016, a demanda internacional das empresas brasileiras cresceu 12% em termos de RPK (passageiros-quilômetros pagos transportados) e a oferta avançou 10,6% em ASK (assentos-quilômetros ofertados). Em dezembro de 2017, o indicador apresentou aumento de 10,5%, sendo o 15º mês consecutivo de alta, enquanto a oferta cresceu 11,7%, o 14º aumento seguido. No mês, foram transportados 776 mil passageiros pagos em voos internacionais por empresas brasileiras, maior nível para o período na série histórica iniciada em 2000.

Na participação do mercado internacional entre as empresas aéreas brasileiras, a Latam alcançou 67% do RPK para o mês de dezembro de 2017, tendo registrado baixa de 5,8% em sua demanda. A Azul obteve 15,9% de participação e crescimento de 61,1% no RPK em comparação a dezembro de 2016, enquanto a Gol alcançou a fatia de 11,2% (com aumento de 19,5% no RPK). A Avianca foi a quarta empresa aérea nesse mercado, passando de uma participação praticamente nula até maio de 2017 para 5,9% da demanda internacional de passageiros em dezembro de 2017.

A taxa de aproveitamento de assentos nos voos internacionais em dezembro de 2017 foi de 82,9%, o que representou redução de 1,1% na comparação com o mesmo mês de 2016. Foi a quinta baixa consecutiva do indicador após sequência de 14 meses de alta. Mas, ao considerar o ano de 2017 como um todo, o indicador acumulou alta de 1,3% na comparação com 2016, atingindo o patamar de 84,8%, maior nível anual da série histórica iniciada em 2000.

Acompanhando a expansão no movimento de passageiros pagos, o transporte de carga em voos internacionais também cresceu. Foram transportadas em dezembro 23.232 toneladas, um aumento de 21,4% ante o mesmo mês de 2016 (oitava alta consecutiva) e o maior nível para o indicador desde o início da série histórica iniciada em 2000. Em 2017, a carga total transportada em voos internacionais pelas empresas brasileiras foi de 226,7 mil toneladas, representando um aumento de 23,4% na comparação com 2016, também um recorde.

No mercado doméstico, o transporte aéreo de passageiros manteve, em dezembro, alta nos índices de demanda e oferta. Em dezembro de 2017, a demanda (em passageiros-quilômetros pagos transportados, RPK) registrou aumento de 5,7%, comparada com o mesmo mês de 2016. Foram transportados 8,3 milhões de passageiros pagos em voos domésticos – uma variação positiva de 4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A oferta (em assentos-quilômetros ofertados, ASK), na mesma comparação, registrou crescimento de 3,2%, a sexta alta consecutiva do indicador.

No ano, a demanda por voos domésticos acumulou alta de 3,2% e a oferta, um crescimento acumulado de 1,4%, ante retrações de 5,7% e 5,9%, respectivamente, verificadas no ano anterior.

No acumulado de janeiro a dezembro de 2017, a Gol apresentou 36,2% de participação no RPK doméstico e a Latam obteve 32,6%, representando variações de 0,5% e -6,2%, respectivamente, na comparação com 2016. A Azul alcançou participação de 17,8%, enquanto a Avianca respondeu por 12,9% da demanda doméstica, configurando crescimento de 4,5% e 12,8%, respectivamente. A participação das concorrentes das duas líderes de mercado avançou 6,7% na comparação com 2016, respondendo por 31,2% da demanda doméstica em 2017.

Avianca, Gol, Azul e Latam apresentaram variações em suas demandas (RPK) no mês de dezembro, em relação ao mesmo período de 2016, de 12,7%, 7,2%, 4,8% e 2,3%, respectivamente.

A taxa de aproveitamento dos assentos das aeronaves nos voos domésticos em dezembro foi de 83,2%, o que representou alta de 2,4% frente ao mesmo mês do ano anterior. Em sua quinta alta consecutiva, o indicador alcançou seu maior nível para dezembro na série histórica iniciada em 2000. No acumulado dos 12 meses do ano, a taxa de aproveitamento foi de 81,5%, com variação positiva de 1,8% em relação ao mesmo período de 2016 e também um recorde anual, considerada a série histórica iniciada em 2000.

Em dezembro de 2017, a carga transportada nos voos domésticos atingiu 42.525 toneladas, o que representou crescimento de 7,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior (quinta alta consecutiva). Entre janeiro e dezembro, houve crescimento acumulado de 1,8% no total de cargas transportadas em voos domésticos em relação a 2016, atingindo 426,1 mil toneladas.

Especificamente no Nordeste, a demanda interna de turismo diminuiu nos últimos dois anos, considerando o quadro econômico recessivo. Contudo, a oferta de voos internacionais na Região cresceu em 2017, com reflexos na movimentação de passageiros.

Assim, o número de voos no Nordeste declinou 12,3% em 2016, comparativamente a 2015. Por sua vez, o fluxo de passageiros no Nordeste, nesse mesmo período, caiu 8,6%, conforme dados divulgados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

Em 2017, foram registrados 329 mil voos domésticos no Nordeste, implicando leve decréscimo de 0,3% quando comparado com 2016. Os voos domésticos representaram 97,7% do total da movimentação de aeronaves no Nordeste em 2017. Por outro lado, verificou-se acréscimo de 11,3% no número de voos internacionais no período em análise, conforme especificado na Tabela 1.

Os estados com as maiores movimentações de aeronaves foram Bahia, Pernambuco e Ceará, que juntos responderam por 67,8% dos voos da Região em 2017. Seguiram Rio Grande do Norte, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Sergipe e Piauí, nessa ordem, que em conjunto contribuíram com 32,2% dos voos no Nordeste (Tabela 1).

Os únicos estados do Nordeste que registraram crescimento no número de voos em 2017 foram Pernambuco (+7,7%), Rio Grande do Norte (+1,5%) e Maranhão (+1,4%). Os demais seguiram trajetória descendente: Alagoas (-9,1%), Piauí (-3,6%), Bahia (-3,3%), Sergipe (-3,3%), Paraíba (-3,2%) e Ceará (-1,0%), conforme especificado na Tabela 1.

A movimentação de aeronaves registrou aumento em cinco dos dezesseis principais aeroportos da Região em 2017: Parnaíba-PI (+29,3%), Recife- PE (+8,7%), São Luís (+4,3%), Juazeiro do Norte-CE (+2,7%), Natal (+1,5%) e Ilhéus (+0,8%). Ocorreram recuos nos demais,

especialmente em Paulo Afonso-BA (-15,1%), Maceió-AL (-9,1%) e Teresina-PI (-6,3%), conforme especificado na Tabela 2.

Ainda de acordo com a Infraero, cerca de 33,1 milhões de passageiros transitaram no Nordeste em 2017, representando aumento de 4,9% na comparação com 2016 (31,6 milhões de pessoas), conforme a Tabela 1. Ressalte-se, contudo, que a movimentação total de passageiros em 2017 (33,1 milhões de pessoas) foi inferior em comparação com os números registrados em 2015 (34,3 milhões) e em 2014 (35,0 milhões).

Por outro lado, o incremento de passageiros em voos internacionais no Nordeste em 2017 foi expressivo, ou seja, 17,6%, somando 1,0 milhão de viajantes. Em 2016, o número de viajantes internacionais foi de 877 mil pessoas, em 2015, atingiu 938 mil e em 2014, 950 mil viajantes.

Os estados com o maior fluxo de passageiros em 2017 foram Bahia, Pernambuco e Ceará, respondendo por 69,1% do fluxo regional de passageiros no Nordeste. As demais unidades federativas da Região ficaram com 30,9% do trânsito de viajantes.

Quanto às variações do fluxo total de passageiros (nacionais e internacionais) nos estados do Nordeste, apenas Paraíba (-7,2%) e Sergipe (-0,1%) apresentaram redução quando se compara 2017 com 2016. Os maiores incrementos ficaram por conta de Pernambuco (+13,8%), Maranhão (+4,6%), Ceará (+3,7%), Rio Grande do Norte (+3,7%) e Alagoas (+3,6%), conforme especificado na Tabela 1.

Os aeroportos de João Pessoa-PB (-9,4%), Paulo Afonso (-0,3%) e Aracaju-SE (-0,1%) apresentaram diminuição no movimento de passageiros em 2017. Por sua vez, os maiores acréscimos ocorreram em Parnaíba-PI (+19,7%), Campina Grande-PB (+17,3%), Recife-PE (+14,1%) e Petrolina-PE (+8,5%), como mostra a Tabela 2.

Tabela 1 - Movimento de aeronaves e de passageiros - Nordeste e estados

Estado/Região	Aeronaves		Passageiros	
	2016	2017	2016	2017
Bahia	89.448	86.532	8.106.328	8.278.680
Pernambuco	75.319	81.153	7.259.205	8.258.061
Ceará	61.615	61.000	6.241.194	6.471.140
Rio Grande do Norte	18.553	18.835	2.316.349	2.403.135
Alagoas	19.748	17.954	1.995.069	2.067.439
Maranhão	25.172	25.527	1.804.983	1.888.322
Paraíba	17.260	16.706	1.546.529	1.435.001
Sergipe	13.279	12.847	1.225.591	1.224.705
Piauí	17.191	16.576	1.096.535	1.117.015
Nordeste	337.585	337.130	31.591.783	33.143.498

Fonte: Elaborado pelo Banco do Nordeste / ETENE, com dados da Infraero.

Tabela 2 - Movimento de aeronaves e de passageiros - Principais aeroportos do Nordeste

Aeroporto	Aeronaves		Passageiros	
	2016	2017	2016	2017
Recife	69.108	75.097	6.811.666	7.772.363
Salvador	79.484	76.642	7.517.378	7.670.368
Fortaleza	53.133	52.290	5.706.482	5.929.174
Natal	18.553	18.835	2.316.349	2.403.135
Maceió	19.748	17.954	1.995.069	2.067.439
São Luís	18.880	19.695	1.520.752	1.588.300
João Pessoa	13.855	13.373	1.418.380	1.284.727
Aracaju	13.279	12.847	1.225.591	1.224.705
Teresina	15.856	14.850	1.085.974	1.104.376
Ilhéus	9.005	9.076	576.965	596.362
Juazeiro do Norte	8.482	8.710	534.712	541.966
Petrolina	6.211	6.056	447.539	485.698
Imperatriz	6.292	5.832	284.231	300.022
Campina Grande	3.405	3.333	128.149	150.274
Parnaíba	1.335	1.726	10.561	12.639
Paulo Afonso	959	814	11.985	11.950
Nordeste	337.585	337.130	31.591.783	33.143.498

Fonte: Elaborado pelo Banco do Nordeste / ETENE, com dados da Infraero.

8. Mercado de Trabalho

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o Brasil fechou 20.832 postos de emprego com carteira assinada em 2017. O resultado deriva dos 14.635.899 admitidos e dos 14.656.731 demitidos, configurando retração de 0,05% em relação a 2016. No mês de dezembro de 2017, o fechamento de postos de trabalho foi expressivo, cerca de 328.539 empregos a menos, representando contração de 0,9% frente ao mesmo mês de 2016.

Em termos setoriais, os dados revelam que três dos oito setores de atividade econômica divulgados apresentaram expansão do nível de emprego no País no acumulado de 2017; destacam-se por ordem de importância: Comércio (+40.087 postos), Agricultura (+37.004 postos) e Serviços (+36.945 postos). No entanto, Construção Civil (-103.968 postos), Indústria de Transformação (-19.900 postos), Extrativa Mineral (-5.868 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP (-4.557 postos) e Administração Pública (-575 postos) finalizaram o ano de 2017 com redução do nível de emprego formal (Tabela 1).

Tabela 1 - Brasil: Movimentação dos admitidos e desligados por atividade econômica

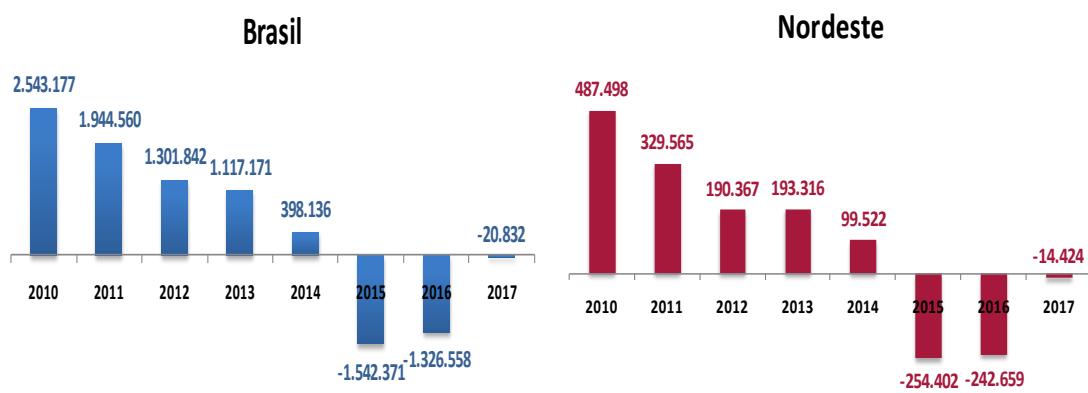
SETORES	Dezembro de 2017				Jan-Dez 2017			
	Admitidos	Desligados	Saldos	(%)	Admitidos	Desligados	Saldos	(%)
Comércio	297.340	291.055	6.285	0,07	3.715.927	3.675.840	40.087	0,44
Agricultura	42.137	86.476	-44.339	-2,76	993.820	956.816	37.004	2,41
Serviços	386.883	494.418	-107.535	-0,64	6.006.150	5.969.205	36.945	0,22
Administração Pública	1.789	18.189	-16.400	-1,90	73.564	74.139	-575	-0,07
S. I. U. P. ⁽¹⁾	4.259	6.067	-1.808	-0,44	70.697	75.254	-4.557	-1,10
Extrativa Mineral	1.472	3.802	-2.330	-1,23	32.645	38.513	-5.868	-3,03
Indústria de Transformação	110.513	220.768	-110.255	-1,50	2.418.933	2.438.833	-19.900	-0,27
Construção Civil	66.193	118.350	-52.157	-2,39	1.324.163	1.428.131	-103.968	-4,63
Brasil	910.586	1.239.125	-328.539	-0,85	14.635.899	14.656.731	-20.832	-0,05

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED. Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP.

No recorte geográfico, verificou-se que apenas as Regiões Sul (+36.823 postos) e Centro-Oeste (+33.395 postos) apresentaram expansão do nível de emprego celetista em 2017. Por sua vez, o Sudeste (+76.600 postos) liderou o fechamento de postos de emprego formal no acumulado do ano, seguido pelo Nordeste (-14.424 postos) e Norte (-26 postos).

Nordeste finalizou 2017 com fechamento de 14.424 postos de trabalho, resultado do total dos 2.045.569 admitidos e dos 2.059.993 demitidos, redução de 0,23% em relação ao estoque de 2016. Seguem os números para os dois anos imediatamente anteriores: eliminação de 254.402 postos em 2016; e redução de 242.659 postos em 2015. É importante frisar, que somando-se os três últimos anos, o Nordeste perdeu 511.485 postos de emprego, conforme dados do Gráfico 1.

Gráfico 1 - Brasil e Nordeste: Evolução do saldo de empregos formais - 2010 a 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Setorialmente, para o resultado acumulado de 2017, dentre as oito atividades, cinco apresentaram geração de emprego formal na Região. Serviços foi a atividade que mais abriu novos postos de trabalho, com formação de 11.966 postos, seguido pela Agropecuária (+3.630 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP (+2.989 postos), Administração Pública (+2.063 postos) e Comércio (+1.771 postos). Todavia, Construção Civil (-20.706 postos) e Indústria de Transformação (-14.743 postos) puxaram o resultado do saldo negativo para a Região no acumulado do ano. Extrativa Mineral (-1.394 postos) também reduziu o estoque de trabalhadores com carteira assinada no período em análise, de acordo com os dados da Tabela 2.

Serviços, em 2017, mostrou-se na primeira colocação na geração de empregos celetistas na Região. Apresentou saldo positivo de 11.966 postos, decorrente das 806.486 admissões e dos 794.520 desligamentos. Verificou-se expansão em três das seis subatividades. Mas, o resultado do ano foi impulsionado, principalmente, pelos Serviços médicos, odontológicos e veterinários (Saldo positivo de 13.475 postos na Região, sendo 3.180 postos na Bahia; 2.903 postos no Ceará; 2.488 postos em Pernambuco e 1.874 postos no Maranhão) e pela subatividade Ensino (Saldo positivo de 5.181 postos, sendo 2.576 postos na Bahia; 866 postos em Pernambuco; 514 postos no Maranhão e 488 postos na Paraíba) e Transporte e comunicações (Saldo positivo de 1.027 postos, sendo 1.603 postos na Bahia e 1.451 postos no Maranhão).

Tabela 2 - Nordeste: Movimentação dos admitidos e desligados por atividade econômica

SETORES	Dezembro de 2017			Jan-Dez 2017		
	Admitidos	Desligados	Saldos	Admitidos	Desligados	Saldos
Serviços	52.386	61.412	-9.026	806.486	794.520	11.966
Agropecuária	5.662	13.627	-7.965	153.613	149.983	3.630
S. I. U. P. ⁽¹⁾	746	709	37	17.498	14.509	2.989
Administração Pública	291	492	-201	10.173	8.110	2.063
Comércio	41.637	39.660	1.977	500.201	498.430	1.771
Extrativa Mineral	307	417	-110	5.483	6.877	-1.394
Indústria de Transformação	13.040	23.026	-9.986	304.170	318.913	-14.743
Construção Civil	13.082	22.140	-9.058	247.945	268.651	-20.706
Nordeste	127.151	161.483	-34.332	2.045.569	2.059.993	-14.424

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED. Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP.

O Nordeste apresentou redução de 20.832 postos de trabalho em 2017, que corresponde à diferença entre o número de admitidos (14.635.899 pessoas) e desligados (14.656.731 pessoas). Das nove Unidades Federativas da Região, quatro apresentaram saldo positivo na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada em 2017, que juntos, proporcionaram 7.448 novos postos de trabalho. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) compilados pelo Ministério do Trabalho.

Piauí (+4.540 postos, crescimento de 1,56%), Maranhão (+1.221 postos, aumento de 0,26%), Rio Grande do Norte (848 postos, aumento de 0,20%) e Bahia (+839 postos, aumento de 0,05%) finalizaram 2017 com saldo positivo na movimentação de admitidos e demitidos. Na mesma base de comparação, Alagoas (-8.255 postos), Pernambuco (-6.612 postos), Paraíba (-3.485 postos), Ceará (-2.139 postos) e Sergipe (-1.381 postos) reduziram o nível de empregos celetistas, como disposto na Tabela 3.

Tabela 3 - Brasil: Movimentação dos admitidos e desligados por atividade econômica

Área Geográfica	Dezembro de 2017				Jan-Dez 2017			
	Admitidos	Desligados	Saldos	(%)	Admitidos	Desligados	Saldos	(%)
Piauí	5.457	6.281	-824	-0,28	95.270	90.730	4.540	1,56
Maranhão	9.717	10.704	-987	-0,21	147.750	146.529	1.221	0,26
Rio Grande do Norte	9.028	11.879	-2.851	-0,66	143.847	142.999	848	0,20
Bahia	36.540	48.997	-12.457	-0,73	574.145	573.306	839	0,05
Sergipe	4.954	6.106	-1.152	-0,40	84.999	86.380	-1.381	-0,47
Ceará	22.440	27.003	-4.563	-0,39	381.185	383.324	-2.139	-0,18
Paraíba	7.148	9.060	-1.912	-0,48	117.689	121.174	-3.485	-0,87
Pernambuco	25.940	34.254	-8.314	-0,66	392.087	398.699	-6.612	-0,52
Alagoas	5.927	7.199	-1.272	-0,36	108.597	116.852	-8.255	-2,31
Nordeste	127.151	161.483	-34.332	-0,54	2.045.569	2.059.993	-14.424	-0,23
Brasil	910.586	1.239.125	-328.539	-0,85	14.635.899	14.656.731	-20.832	-0,05

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Com registro de 4.540 novos postos de trabalho, Piauí foi o sexto Estado que mais gerou postos de trabalho no País. O saldo positivo foi decorrente, principalmente, do desempenho do setor de Serviços (+3.926 postos); Comércio (+2.245 postos); Agropecuária (+592 postos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+382 postos).

Maranhão ficou responsável pela geração de 1.221 postos de emprego celetista em 2017, com crescimento de 0,26% em relação ao mesmo período anterior. O resultado foi em decorrência, principalmente, do aumento no nível de empregos dos setores de Serviços (+3.584 postos); Serviços Industriais de Utilidade Pública (+77 postos) e Administração pública (62 postos). Enquanto, os setores Indústria de Transformação (-2.138 postos), Comércio (-994 postos); Extrativa Mineral (-170 postos) e Agropecuária (-45 postos) reduziram o nível de emprego em 2017.

O favorável desempenho no Rio Grande do Norte foi influenciado pelo setor de Serviços (+3.142 postos); Comércio (+540 postos) e Agropecuária (+355 postos). Em contraponto, as seguintes atividades perderam empregos com carteira assinada em 2017: Construção (-1.550 postos); Indústria de Transformação (-1.071 postos), Extrativa Mineral (-369 postos); Serviços Industriais de Utilidade Pública (-133 postos) e Administração Pública (-66 postos).

Bahia gerou 839 novos postos de emprego formal. Os principais responsáveis pelo desempenho do mercado de trabalho formal foram os setores de Serviços (+2.508 postos); Agropecuária (+2.152 postos); Administração Pública (+1.852 postos); Serviços Industriais de Utilidade Pública (+1.132 postos) e Indústria de Transformação (+677 postos). A Construção Civil foi a atividade que mais eliminou vagas, perda de 6.522 postos de trabalho, seguida pelo Comércio (-833 postos) e Extrativa Mineral (-127 postos). Para os municípios da Região Metropolitana de Salvador, o saldo foi negativo em 9.538 postos. Os melhores resultados foram registrados para os municípios pertencentes ao interior da Bahia, que no conjunto, gerou 10.377 empregos.

Em Alagoas, o saldo negativo foi de 8.255 postos. Todas as atividades apresentaram perda de postos de trabalho: Indústria de Transformação (-4.297); Construção Civil (-2.375); Agropecuária (-848); Comércio (-498); Serviços Industriais de Utilidade Pública (-103); Extrativa Mineral (-72) e Serviços (-72).

Em Pernambuco, registrou-se queda do nível de empregos (-6.612 postos). Os setores Serviços (-3.642 postos) e Construção Civil (-3.626 postos) contribuíram em grande medida para a baixa dos números do Estado. Em seguida, têm-se os setores da Indústria de Transformação (-502 postos) e Extrativa Mineral (-214 postos) que também reduziram o nível de emprego. Já a Agropecuária (1.222 postos), Comércio (+82 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+56 postos) e Administração Pública (+12 postos) apresentaram saldo positivo em 2017.

Em 2017, Paraíba reduziu seu quadro de emprego em 3.485 vagas. Indústria de Transformação (-2.731 postos), Construção Civil (-1.253 postos), Serviços (-393 postos) e Administração Pública (-52 postos) apresentaram perda de vagas de emprego. Enquanto, Agropecuária (+593 postos), Comércio (+295 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+55 postos) e Extrativa Mineral (+1 posto) aumentaram o nível de emprego.

No Ceará, a perda de 2.139 empregos em 2017 deve-se aos setores: Indústria de Transformação (-3.798 postos), Construção Civil (-2.070 postos), Agropecuária (-306 postos) e Extrativa Mineral (-305 postos). Embora com saldo total negativo no Estado, os seguintes setores apresentaram saldo positivo: Serviços (+2.809 postos), Comércio (+524 postos), Administração Pública (+511 postos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+496 postos).

Em Sergipe, a redução do nível de emprego em 1.381 postos foi explicada pelos setores: Construção Civil (-1.892 postos), Indústria de Transformação (-558 postos), Administração Pública (-214 postos), Extrativa Mineral (-143 postos) e Agropecuária (-85 postos). Já os setores Serviços Industriais de Utilidade Pública (+1.027 postos), Comércio (+410 postos) e Serviços (+74 postos) ganharam reforço na contratação de novos trabalhadores.

9. Comércio Exterior

O saldo comercial do Brasil alcançou recorde em 2017, tendo somado US\$ 67 bilhões, sendo 40,5% superior ao alcançado em 2016 (US\$ 48 bilhões). As vendas externas do País totalizaram US\$ 218 bilhões, 17,5% a mais em relação aos números obtidos em 2016 (US\$ 185 bilhões), de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). O Gráfico 1 mostra os referidos valores.

As importações somaram US\$ 151 bilhões, 9,6% a mais em comparação com as compras externas de 2016 (US\$ 138 bilhões). Assim, a corrente de comércio atingiu US\$ 369 bilhões em 2017, representando aumento de 14,1% em relação ao ano anterior (US\$ 323 bilhões).

Em 2017, registrou-se crescimento em relação a 2016, tanto para as exportações de produtos básicos (+27,7%, para US\$ 101 bilhões), como para semimanufaturados (+12,4%, para US\$ 31 bilhões) além de manufaturados (+8,6%, para US\$ 80 bilhões), vide Tabela 1.

Com relação à exportação de produtos básicos, ocorreu aumento de receita de petróleo em bruto (+65,0%), minério de ferro e seus concentrados (+44,5%), soja (+33,0%), minério de cobre (+28,4%), milho em grão (+25,0%), dentre outros.

Quanto aos semimanufaturados, os maiores aumentos ocorreram nas vendas de produtos de ferro/aço (+55,1%), ferro fundido (+6,1%), madeira serrada (+23,9%), ferro-ligas (+17,2%), celulose (+13,9%), óleo de soja em bruto (+13,9%) e açúcar em bruto (+9,2%).

No grupo dos manufaturados, verificou-se crescimento principalmente em óleos combustíveis (+79,0%), máquinas para terraplanagem (+64,6%), tratores (+48,1%), automóveis de passageiros (+42,8%), laminados planos (+28,2%) e veículos de carga (+36,3%).

Com relação às importações, cresceram significativamente as compras de combustíveis e lubrificantes (+42,3%), enquanto as compras de bens de consumo e de bens intermediários aumentaram 7,5% e 6,6%, respectivamente. Vale ressaltar que as importações de bens de capital registraram leve incremento de 2,9%, em 2017 relativamente a 2016 (Tabela 2).

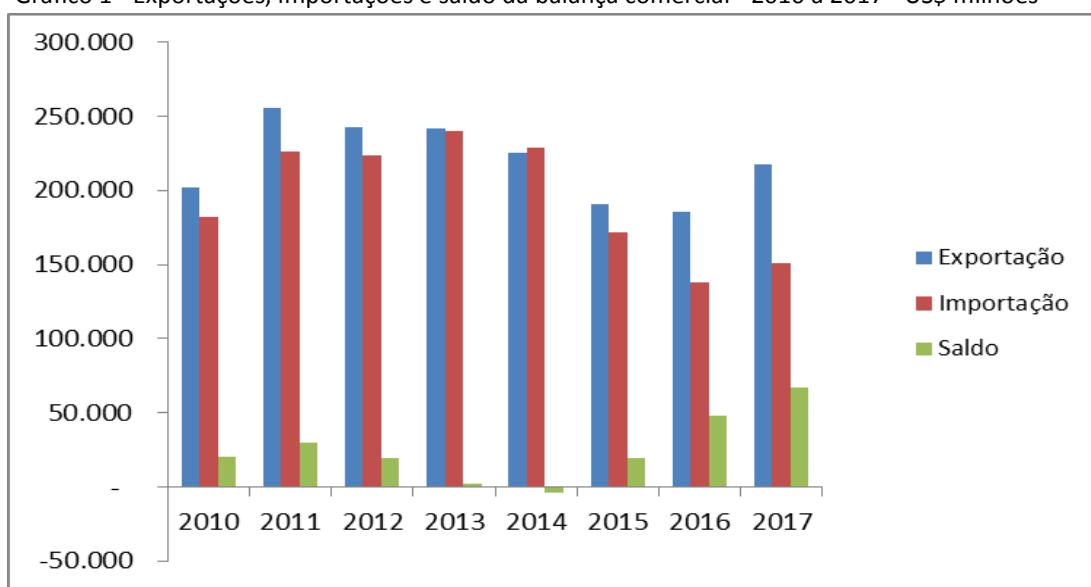
Por mercados compradores, cresceram as vendas para os principais parceiros do País. A China (+35,2%) registrou incremento nas compras de soja (+41,2%), minérios de ferro e seus concentrados (+42,1%), óleos brutos de petróleo (+88,1%), celulose (+18,7%) e carne bovina (+32,2%). Os Estados Unidos (+16,1%) importaram óleos brutos de petróleo (+136,3%), produtos semimanufaturados de ferro ou aços (+45,1%), máquinas e aparelhos p/terraplanagem e perfuração (+103,9%) e etanol (+37,1%). Já as exportações para a Argentina cresceram 31,3%, por conta de automóveis de passageiros (+42,1%), veículos de carga (+53,9%), tratores (+64,0%), produtos laminados planos de ferro ou aços (+70,3%), máquinas e aparelhos p/terraplanagem e perfuração (+105,7%), minérios de ferro e seus concentrados (+59,1%).

Pelo lado das importações, cresceram as compras originárias da China (+16,9%), com destaque para demais produtos manufaturados (+28,1%), aparelhos transmissores ou receptores e componentes (+25,8%), circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos (+28,6%), partes e peças para veículos automóveis e tratores (+55,6%), produtos laminados planos de ferro ou aço (+83,1%). Já as importações oriundas dos Estados Unidos subiram 4,4%, com os maiores acréscimos em óleos combustíveis (+107,4%), demais produtos básicos (+79,4%), etanol (+128,2%) e gasolina (+161,0%). Por fim, as aquisições advindas da Argentina expandiram 3,9%, com destaque para veículos de carga (+24,7%), trigo em grãos

(+23,9%), partes e peças para veículos automóveis e tratores (+17,4%) e polímeros de etileno, propileno e estireno (+13,7%).

Para 2018, estima-se que as exportações devam alcançar US\$ 220 bilhões e as importações US\$ 170 bilhões, proporcionando um saldo de US\$ 50 bilhões. O esperado crescimento para a economia brasileira em 2018 deve intensificar a demanda por importações, tanto por parte das empresas – com o interesse na aquisição de bens intermediários, insumos e bens de capital – quanto das famílias que, com o aumento de renda e da confiança na economia, devem aumentar as aquisições, principalmente de bens de consumo, inclusive os importados.

Gráfico 1 - Exportações, importações e saldo da balança comercial - 2010 a 2017 - US\$ milhões



Fonte: Elaborado pelo Banco do Nordeste / ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 1 - Brasil: Exportação por fator agregado em 2017 e 2016 - US\$ milhões

Fator Agregado	2017		2016		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	101.063	46,4	79.159	42,7	27,7
Industrializados	111.688	51,3	101.883	55,0	9,6
Semimanufaturados	31.434	14,4	27.963	15,1	12,4
Manufaturados	80.253	36,9	73.921	39,9	8,6
Operações especiais ⁽¹⁾	4.988	2,3	4.193	2,3	19,0
Total	217.739,2	100,0	185.235,4	100,0	17,5

Fonte: Elaborado pelo Banco do Nordeste / ETENE, com dados do MDIC. Nota (1): As operações especiais referem-se à comercialização de amostras em feiras e eventos.

Tabela 2 - Brasil: Importação por categoria de uso em 2017 e 2016 - US\$ milhões

Categoria de uso	2017		2016		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	38.643	25,6	37.571	27,3	2,9
Bens intermediários	69.585	46,2	65.272	47,5	6,6
Bens de consumo	21.184	14,1	19.713	14,3	7,5
Bens de consumo não duráveis	16.059	10,7	15.033	10,9	6,83
Bens de consumo duráveis	5.125	3,4	4.680	3,4	9,51
Combustíveis e lubrificantes	21.337	14,2	14.996	10,9	42,3
Demais Operações	0	--	0	--	--
Total	150.749	100,0	137.552	100,0	9,6

Fonte: Elaborado pelo Banco do Nordeste / ETENE, com dados do MDIC.

As exportações do Nordeste, em 2017, totalizaram US\$ 16.761,2 milhões, com incremento de 30,8% em relação a 2016. O favorável resultado adveio da recuperação dos preços internacionais das principais commodities comercializadas pela Região, bem como pela safra recorde de soja. As importações somaram US\$ 19.419,9 milhões, registrando aumento de 10,7%, nesse período comparativo. O saldo da balança comercial nordestina continua negativo (-US\$ 2.658,7 milhões), porém o déficit vem decaindo nos últimos anos (Gráfico 2).

Em 2017, as exportações nordestinas representaram 7,7% do valor total das vendas brasileiras e as importações alcançaram 12,9% do total adquirido pelo Brasil.

A decomposição das exportações nordestinas por fator agregado (Tabela 3) mostra que, no período em análise, todas as categorias de produtos registraram expressivo crescimento. As vendas dos produtos básicos (25,7% da pauta) aumentaram 50,0% devido, principalmente, aos embarques da soja, principal item da pauta nordestina (13,1%).

A safra recorde do grão ensejou receita de US\$ 2.200,5 milhões, com o embarque de 5,8 milhões de toneladas, aumento de 125,2% no volume de vendas externas e de 123,8% na quantidade embarcada.

As exportações de produtos semimanufaturados cresceram 26,3% em 2017 frente a 2016. Os destaques do segmento foram as vendas de pasta química de madeira (9,9% da pauta), produtos semimanufaturados de ferro/aço (6,2%) e açúcares de cana (3,2%), que registraram crescimento de 15,2%, 479,0% e 27,4%, respectivamente, no período.

As vendas de produtos manufaturados (com maior valor agregado) foram os mais representativos na pauta nordestina (43,6%) e apresentaram crescimento de 24,9% no período em análise. Alumina calcinada (7,5% da pauta), Automóveis de passageiros (5,7%) e combustíveis e lubrificantes (4,0%) foram os principais produtos exportados pelo segmento, apresentando aumento na receita de 39,4%, 72,6% e 38,5%, respectivamente.

Quanto aos países de destino das exportações nordestinas, China (19,4%), Estados Unidos (14,7%) e Argentina (11,9%) foram responsáveis por 46,0% do total exportado e registraram crescimento de 73,9%, 16,8% e 37,7%, respectivamente, no período em análise.

Do lado das importações nordestinas (Tabela 4), cresceram as aquisições de bens intermediários (+28,1%), bens de consumo (+14,6%) e de combustíveis e lubrificantes (+29,7%). Por outro lado, as compras de bens de capital que incluem máquinas e equipamentos usados na produção de outros bens registraram queda de 41,4%.

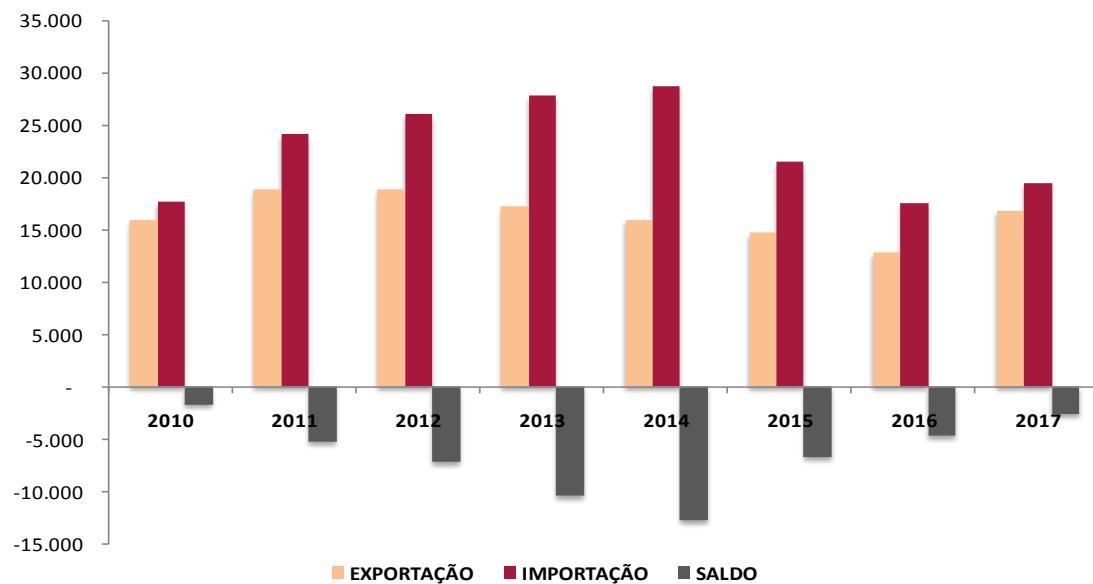
Os maiores acréscimos, em valores absolutos, foram nas compras dos seguintes produtos: gasóleo (óleo diesel) (+US\$ 651,9 milhões), naftas para petroquímica (+US\$ 530,9 milhões), álcool etílico (+US\$ 450,3 milhões), hulha betuminosa (+US\$ 353,5 milhões) e

gasolinas (+US\$ 251,4 milhões). Juntos, representam 29,8% do total das importações da Região.

Os principais países de origem das importações responderam por 43,8% das aquisições nordestinas em 2017: Estados Unidos (24,2%), China (10,4%) e Argentina (9,0%). Comparativamente a 2016, aumentaram, significativamente, as compras originárias dos Estados Unidos (+45,0%), enquanto as aquisições da China e Argentina registraram acréscimo menor de 4,4% e 3,0%, respectivamente.

As relações comerciais do Nordeste, em 2017, foram superavitárias com a China (+US\$ 1.236,8 milhões) e Argentina (+US\$ 252,9 milhões) e deficitárias com os Estados Unidos (-US\$ 2235,4 milhões).

Gráfico 2 - Nordeste: Exportações, importações e saldo da balança comercial - 2010 a 2017 - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 3 - Nordeste: Exportação por fator agregado em 2017 e 2016 - US\$ milhões

Fator Agregado	2017		2016		Var. %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	4.308	25,7	2.872	22,4	50,0
Industrializados	12.320	73,5	9.820	76,6	25,5
Semimanufaturados	5.015	29,9	3.971	31,0	26,3
Manufaturados	7.305	43,6	5.849	45,6	24,9
Operações especiais ⁽¹⁾	134	0,8	121	0,9	10,5
Total	16.761	100,0	12.814	100,0	30,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC. Nota: (1) As operações especiais referem-se a produtos comercializados em feiras e eventos.

Tabela 4 - Nordeste: Importação por categoria de uso em 2017 e 2016 - US\$ milhões

Categoria de uso	2017		2016		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	2.494	12,8	4.255	24,3	-41,4
Bens intermediários	8.873	45,7	6.925	39,5	28,1
Insumos industriais	6.262	32,2	4.814	27,4	30,08
Peças e acessórios de equip. de transporte	1.514	7,8	979	5,6	54,62
Alimentos e bebidas destinados à indústria	1.074	5,5	1.131	6,4	-5,04
Bens diversos	23	0,1	0	--	--
Bens de consumo	1.500	7,7	1.309	7,5	14,6
Bens de consumo não duráveis	939	4,8	733	4,2	28,23
Bens de consumo duráveis	561	2,9	576	3,3	-2,67
Combustíveis e lubrificantes	6.553	33,7	5.051	28,8	29,7
Total	19.420	100,0	17.540	100,0	10,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

10. Finanças Públicas

A arrecadação de ICMS no Brasil alcançou R\$ 444,0 bilhões em 2017, ante R\$ 416,1 bilhões em 2016, significando um ganho real de 3,1% no período em análise.

No Nordeste, a arrecadação de ICMS foi de R\$ 74,1 bilhões, ante R\$ 69,4 bilhões em 2016, significando um incremento real de 3,2% no período em análise.

A concentração do ICMS é refletida na distribuição do tributo em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase a metade do ICMS arrecadado em 2017, precisamente 49,6%. A seguir, ficaram o Sul (18,2%); Nordeste (16,7%); Centro-Oeste (9,5%); e Norte (5,9%), conforme especificado na Tabela 1.

Especificamente no Nordeste, o ICMS cresceu 6,8% em termos nominais em 2017. Descontada a inflação, implicou um ganho real de 3,2%. Nas demais regiões, os ganhos, em termos reais ocorreram nas regiões Sul (+6,5%), Centro-Oeste (+3,6%), Sudeste (+2,2%) e Norte (+0,6%). Cabe observar que Minas teve incremento real (+6,8%) e o Espírito Santo de (+1,6%).

O Estado de Alagoas foi o único que terminou 2017 com perdas reais de arrecadação (-2,3%). Os aumentos nos outros estados foram: Piauí (+8,5%), Paraíba (+5,7%), Ceará (+5,2%), Bahia e Sergipe (+3,9%, cada), Maranhão (+2,1%), Pernambuco (+1,0%) e Rio Grande do Norte (+1,6%), Conforme especificado na Tabela 1. Cabe alertar que os dados para alguns estados, inclusive de outras regiões, em parte são provisórios.

Em termos setoriais, é importante ressaltar que a arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia e petróleo, combustíveis e lubrificantes alcançou 96,0% da arrecadação total do ICMS no Nordeste em 2017.

Vale registrar que a arrecadação do setor terciário apresenta a maior participação média na arrecadação do ICMS do Nordeste (43,1%). A arrecadação do referido setor cresceu 4,0% em termos reais quando se compara o ano de 2017 com 2016. A arrecadação no setor secundário, que representou 19,7% do total obtido no Nordeste em 2017, aumentou 5,1% em termos reais.

O setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação de 22,1% na arrecadação total do Nordeste no período em análise, apresentou acréscimo de 5,4% em termos reais. O segmento de energia, com 11,2% de participação no total arrecadado do Nordeste, registrou ganho real de 1,2% no período em análise.

Em termos estaduais, é importante ressaltar que a perda sofrida por Alagoas (-1,4%) ocorreu, principalmente, em função da queda na arrecadação proveniente do setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes (-26,4%), bem como no setor primário (-13,2%) e na dívida ativa e outros (-54,4%). O pequeno crescimento real de Pernambuco se deve às quedas no setor de energia (-6,3%), dívida ativa e outros (-72,9%), assim como o baixo crescimento nos setores terciário (+2,7%) e petróleo, combustíveis e lubrificantes (+2,8%).

Os destaques para o incremento na arrecadação do setor secundário são: Sergipe (+18,1%), Maranhão (+11,6%), Paraíba (+9,3%) e Pernambuco (+9,2%).

Os maiores crescimentos reais, no setor terciário foram em Piauí (+13,7%), Maranhão (5,3%) e Ceará (+5,1%).

A arrecadação de ICMS pode ser utilizada como um indicador antecedente da atividade econômica. Assim, projeta-se a retomada do crescimento econômico em todas as regiões do País, bem como de forma mais contundente na maioria dos estados do Nordeste, no ano de 2017, conforme os dados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS em 2016 e 2017 - R\$ Milhões

Estados/Região	2016	Part.%	2017	Part.%	Var.%	Var. Real %
Alagoas	3.588	0,9	3.625	0,8	1,0	-2,3
Bahia	19.512	4,7	20.976	4,7	7,5	3,9
Ceará	10.436	2,5	11.354	2,6	8,8	5,2
Maranhão	6.008	1,4	6.344	1,4	5,6	2,1
Paraíba	4.725	1,1	5.168	1,2	9,4	5,7
Pernambuco	13.798	3,3	14.416	3,2	4,5	1,0
Piauí	3.387	0,8	3.802	0,9	12,3	8,5
Rio Grande do Norte	4.937	1,2	5.190	1,2	5,1	1,6
Sergipe	2.979	0,7	3.202	0,7	7,5	3,9
Nordeste	69.370	16,7	74.077	16,7	6,8	3,2
Norte	25.166	6,0	26.187	5,9	4,1	0,6
Sudeste	208.536	50,1	220.371	49,6	5,7	2,2
Minas Gerais	41.890	10,1	46.279	10,4	10,5	6,8
Espírito Santo	8.812	2,1	9.263	2,1	5,1	1,6
Sul	73.465	17,7	80.946	18,2	10,2	6,5
Centro-Oeste	39.568	9,5	42.398	9,5	7,2	3,6
Brasil	416.105	100,0	443.979	100,0	6,7	3,1

Fonte: Elaborado pelo Banco do Nordeste / ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda (IR) e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Do total arrecadado com os referidos tributos, 21,5% é destinado para o FPE e 24,5% para o FPM. Registre-se ainda que, dos valores distribuídos para os mencionados fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda per capita dos entes federativos. Ressalte-se que as regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem dos repasses constitucionais para a realização de investimentos e pagamento de despesas.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o FPE no País totalizou R\$ 66,7 bilhões em 2017, ante R\$ 69,9 bilhões em 2016, implicando recuo de -4,6% em termos nominais, conforme especificado na Tabela 2. Descontada a inflação do período, ocorreu uma queda de -7,8% no FPE em termos reais.

O FPE para os estados do Nordeste alcançou R\$ 34,8 bilhões em 2017, ante R\$ 36,4 bilhões em 2016, implicando redução nominal de -4,4% e recuo de -7,4% em termos reais. Todas as unidades federativas do Nordeste obtiveram reduções nominal e real no volume de recursos do FPE em 2017, em comparação com 2016, conforme especificado na Tabela 2.

O FPM no País somou R\$ 77,6 bilhões em 2017, ante R\$ 79,9 bilhões em 2016 (Tabela 2). A redução nominal alcançou -3,0% e -6,1%, quando se desconta a inflação do período. O FPM para o Nordeste somou R\$ 27,6 bilhões em 2017, em comparação com R\$ 28,4 bilhões em 2016, redução nominal de -2,8% e recuo real de -6,2%. Todas as unidades federativas do Nordeste foram penalizadas com reduções nominal e real no volume de recursos do FPM em 2017, em comparação com os valores de 2016 (Tabela 2).

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 7,8 bilhões em 2017, enquanto que os valores em 2016 haviam totalizado R\$ 8,0 bilhões, redução nominal de -2,5% e de -6,1% em termos reais. O FPM para as capitais do Nordeste totalizou R\$ 3,7 bilhões em 2017 e R\$ 3,8 bilhões em 2016, significando redução nominal de -2,6% e de -6,5% em termos reais. Todas as capitais do Nordeste obtiveram perdas nominais e reais em seus respectivos FPM.

De acordo com a STN, os montantes a serem transferidos para o FPE e o FPM em 2018 devem ser 4,0% maiores, em termos nominais, quando comparado com os valores de 2017. A inflação prevista para 2018 é de 4,0%, de forma que o crescimento real deverá ser nulo no corrente ano.

Tabela 2 - FPE e FPM - Brasil, Nordeste e Estados - 2016 e 2017 e previsão para 2018 - R\$ Milhões

Estados/Região	FPE		FPM		FPM Capitais		Previsões em 2018		
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	FPE	FPM	FPM Capitais
Alagoas	2.945	2.796	1.903	1.854	423	417	2.917	1.834	348
Bahia	6.486	6.233	7.439	7.237	677	667	6.469	7.418	626
Ceará	5.076	4.867	3.964	3.861	677	667	5.045	4.015	695
Maranhão	5.029	4.802	3.316	3.228	423	417	4.978	3.394	435
Paraíba	3.322	3.177	2.582	2.439	339	267	3.304	2.535	278
Pernambuco	4.730	4.572	3.927	3.822	427	420	4.751	3.973	438
Piauí	3.018	2.877	2.119	2.064	423	417	2.997	2.147	435
Rio Grande do Norte	2.923	2.775	1.977	1.925	244	240	2.872	2.001	250
Sergipe	2.860	2.756	1.162	1.132	217	213	2.852	1.208	250
Nordeste	36.389	34.856	28.390	27.562	3.850	3.725	36.185	28.525	3.755
Espírito Santo	1.095	1.026	1.405	1.366	122	120	1.088	1.442	139
Minas Gerais	3.121	2.967	10.489	10.197	406	400	3.120	10.599	417
Brasil	69.911	66.658	79.911	77.635	7.991	7.763	69.393	80.690	8.069

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da STN.

11. Intermediação Financeira

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional atingiu R\$ 3.085,6 bilhões em dezembro de 2017, implicando um recuo de 0,6% em comparação com 2016. A relação crédito/PIB declinou para 47,1%, comparativamente a 49,9% em dezembro de 2016, conforme dados divulgados pelo Banco Central (BACEN).

O saldo da carteira de pessoas físicas alcançou R\$ 1.648,6 bilhões em dezembro de 2017. A expansão de 5,6% em 2017 ocorrida nesse segmento, não foi suficiente para contrabalançar a queda na carteira de pessoas jurídicas, que caiu -7,0% em 2017, atingindo o montante de R\$ 1.436,9 bilhões.

Os recursos livres, que são destinados a operações de cartão de crédito, financiamento de veículo, crédito consignado, entre outros, apresentou crescimento de 1,7% em 2017, alcançando saldo de crédito no valor de R\$ 1.582,6 bilhões em dezembro de 2017. Em outro sentido, o crédito direcionado totalizou R\$ 1.503 bilhões, que representa queda de 3,0% em 2017, registrando contração na carteira de pessoas jurídicas, com destaque para as operações com recursos do BNDES.

Regionalmente, considerados os contratos acima de R\$ 1 mil, ocorreu expansão no saldo alocado, em 2017, no Centro-Oeste (+3,0%, saldo de R\$ 339,2 bilhões), Norte (+2,4%, saldo de R\$ 118,9 bilhões), Sul (+2,1%, saldo de R\$ 564,9 bilhões) e Nordeste (+1,3%, saldo de R\$ 403,2 bilhões). Por outro lado, ocorreu retração no Sudeste (-1,9%, saldo de R\$ 1.617,8 bilhões).

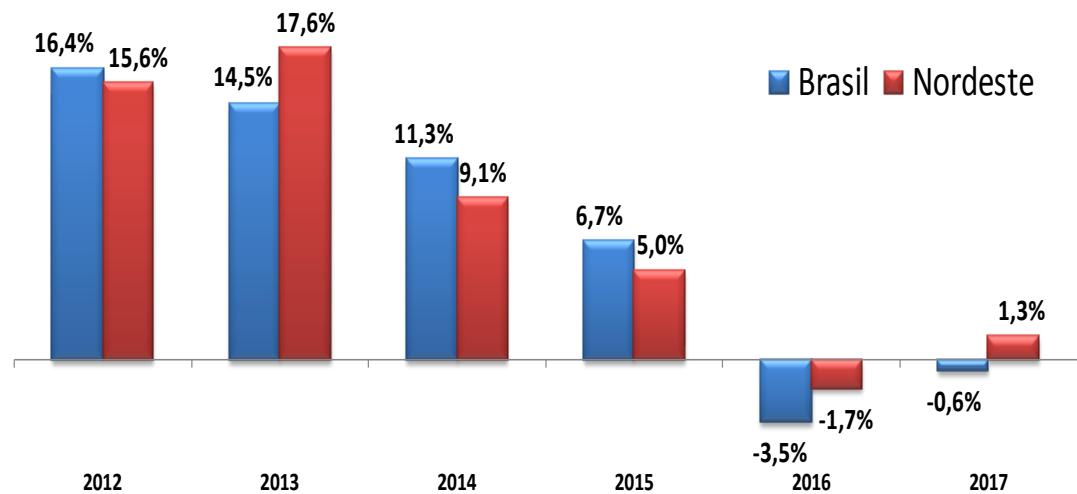
Especificamente no Nordeste, o saldo das operações de crédito destinado para pessoas físicas apresentou crescimento de 6,5% em 2017. Quanto ao crédito para pessoas jurídicas no Nordeste, cujos recursos são, essencialmente, direcionados para a produção (investimentos e capital de giro), registrou recuo de 6,8%. Em termos de participação, o saldo das operações de crédito do Nordeste, em dezembro de 2017, destinado às famílias representava mais da metade (64,0%) do total, cabendo a parcela restante (36,0%) às empresas.

Entre os estados que estão na área de atuação do Banco do Nordeste, o saldo das operações de crédito em 2017 foi crescente no Piauí (+9,4%), Ceará (+5,6%), Paraíba (3,3%), Alagoas (+3,2%), Pernambuco (+1,4%), Rio Grande do Norte (+1,2%), Sergipe (+0,9%) e Maranhão (+0,4%). O Estado de Minas Gerais apresentou estabilidade (0,0%). Os demais estados apresentaram resultados negativos: Espírito Santo (-2,5%) e Bahia (-3,2%).

A taxa de inadimplência regional, que representa a proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito, registrou +3,75% em dezembro de 2017, sinalizando queda de 0,34 pontos percentuais (p.p.), em razão da queda da inadimplência da pessoa jurídica (+3,68%), ante +3,97% no mês de dezembro de 2016, bem como do recuo da inadimplência da pessoa física (+3,79%), ante 4,24 em dezembro de 2016. Neste cenário, apesar da trajetória descendente de inadimplência regional, o Nordeste continua acima da taxa de inadimplência nacional (+3,25%).

Na área de atuação do Banco do Nordeste, nenhum estado registrou inadimplência inferior à média brasileira (+3,25%) em dezembro de 2017, conforme o Banco Central. Piauí (5,83%) e Alagoas (+4,32%) apresentaram as maiores inadimplências no final do ano passado.

Gráfico 1 - Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Nordestino - Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2012 a 2017



Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com dados do Banco Central (2018).

Tabela 1 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Regiões – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2015 a 2017

	2015	2016	2017
Brasil	6,7%	-3,5%	-0,6%
Nordeste	5,0%	-1,7%	1,3%
Sudeste	8,1%	-4,8%	-1,9%
Norte	4,6%	-2,2%	2,4%
Sul	3,3%	-0,5%	2,1%
Centro Oeste	8,3%	-0,8%	3,0%

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central (2018)

12. Índices de Preços

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, em 2017, foi 2,95% (Tabela 1), tendo ficado 3,34 pontos percentuais (p.p.) abaixo dos 6,29% registrados em 2016. A taxa de inflação de 2017 foi a menor desde 1998 (1,65%), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo inclusive ficado abaixo do piso de 3,0% da meta estipulada pelo Banco Central, que está em 4,5%, com tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo.

A desaceleração foi motivada pela redução dos preços de Alimentos e Bebidas (Tabela 1). O incremento da safra agrícola contribuiu para reduzir o preço dos alimentos, considerando que têm maior peso no cálculo do índice e respondem por 25% das despesas das famílias brasileiras.

Por outro lado, o índice de 2017 foi influenciado, especialmente, pelas despesas com produtos e serviços dos grupos Habitação, Saúde e Cuidados Pessoais e Transportes (Tabela 1). Juntos, foram responsáveis por 83% da inflação. Dez itens responderam por 87% do IPCA de 2017. Apenas três deles não são itens monitorados pelo governo. Assim, a inflação de 2017 foi pressionada principalmente pelo aumento de preços de botijão de gás, planos de saúde, creche, gás encanado, taxa de água e esgoto, ensino médio particular, energia elétrica residencial e gasolina. Referidos itens são representativos no orçamento das famílias.

O índice de inflação do Nordeste, calculado pelo BNB/ETENE, alcançou 2,55% em 2017, menor que a média nacional (2,95%), sendo a menor taxa anual desde o início da base de dados construída pelo BNB/ETENE em 2009.

Os grupos Educação, Habitação, Saúde e Transportes apresentaram as maiores altas na inflação do Nordeste. Em contraste, Artigos de Residência além de Alimentos e Bebidas registraram deflação em 2017 (Tabela 2).

Fortaleza (2,27%) e Salvador (2,14%) registraram inflação inferior quando se compara com a média do Brasil (2,95%) em 2017. Por outro lado, os índices de preços de Recife (3,31%) superaram a média do País, tendo a capital pernambucana apresentado a quinta maior inflação entre as capitais pesquisadas do País (Tabelas 1 e 2).

Em 2018, os preços administrados devem continuar subindo, a exemplo de passagens de ônibus, energia elétrica e gasolina. A elevação dos preços da energia e dos combustíveis tende a pressionar os custos de produção de uma série de bens e serviços, com reflexos na elevação da inflação.

A previsão para a safra agrícola é um pouco menor, em comparação com 2017, devendo pressionar os preços dos alimentos e bebidas, afetando, portanto, o orçamento das famílias.

As metas para a inflação dos próximos anos foram definidas pelo Banco Central: 4,5% para 2018 e 4,0% para 2019 e 2020, com a mesma tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo. O BNB/ETENE estima que o índice alcançará 4,0% em 2018, 4,5% em 2019 e 4,0% em 2020.

Tabela 1 - Variação (%) do IPCA no Brasil e no Nordeste 2013 a 2017

IPCA - Grupo Pesquisado	2013		2014		2015		2016		2017	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Alimentação e Bebidas	8,50	8,80	8,00	6,80	12,00	13,40	8,61	10,00	-1,87	-2,58
Habitação	3,40	2,70	8,80	10,30	18,30	12,50	2,84	6,29	6,26	7,00
Artigos de Residência	7,10	5,80	5,50	5,50	5,40	5,20	3,41	5,87	-1,48	-3,23
Vestuário	5,40	6,30	3,60	2,90	4,50	3,20	3,54	3,94	2,88	3,31
Transportes	3,30	3,40	3,80	2,70	10,20	10,90	4,24	3,24	4,1	5,54
Saúde e Cuidados Pessoais	6,90	6,20	7,00	7,00	9,20	9,10	11,05	11,51	6,52	5,59
Despesas Pessoais	8,40	7,50	8,30	7,50	9,50	10,40	8,01	7,50	4,39	3,86
Educação	7,90	8,60	8,50	7,90	9,20	8,90	8,87	7,69	7,11	8,03
Comunicação	1,50	1,70	-1,50	-0,40	2,10	3,10	1,27	0,95	1,76	1,63
Geral	5,90	6,00	6,40	6,00	10,70	10,40	6,29	7,19	2,95	2,55

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 2 - Variação (%) do IPCA em Fortaleza, Recife, Salvador e Nordeste

IPCA - Grupo Pesquisado	Variação (%) em Dezembro 2017			Variação (%) no Ano de 2017			Variação no Nordeste (%)	
	Fortaleza	Recife	Salvador	Fortaleza	Recife	Salvador	Dezembro	No Ano
Alimentação e Bebidas	0,61	0,69	-0,1	-3,34	-2,69	-2,15	0,31	-2,58
Habitação	0,28	-0,11	-1,06	6,61	8,82	5,91	-0,46	7,00
Artigos de Residência	0,26	-0,54	0,25	-1,28	-3,73	-3,82	0,00	-3,23
Vestuário	1,00	0,68	1,19	3,63	3,31	3,15	0,99	3,31
Transportes	0,90	0,98	0,68	7,49	7,73	3,08	0,82	5,54
Saúde e Cuidados Pessoais	0,43	0,26	0,36	6,26	6,13	4,93	0,34	5,59
Despesas Pessoais	0,37	0,38	0,35	2,04	4,52	4,28	0,36	3,86
Educação	0,24	0,18	0,25	7,58	7,29	8,62	0,23	8,03
Comunicação	-0,09	0,11	-0,24	0,63	2,26	1,63	-0,10	1,63
Índice Geral	0,54	0,43	0,1	2,27	3,31	2,14	0,30	2,55

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

13. Cesta Básica

O custo do conjunto de alimentos essenciais caiu 5,1% no Brasil em 2017, após registrar expressivo incremento de 19,9% em 2016, segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Todas as regiões apresentaram recuo no preço da cesta básica em 2017. Norte (-7,8%), Centro-Oeste (-7,5%) e Sudeste (-5,1%) registraram as maiores quedas de suas respectivas cestas. No Sul, a diminuição foi de 3,7%, enquanto no Nordeste verificou-se o menor declínio, isto é, 2,8%.

É importante mencionar que em 2016 as cestas básicas regionais apresentaram substanciais aumentos: Centro-Oeste (+22,4%), Nordeste (+20,3%), Sudeste (+19,9%), Norte (+18,6%) e Sul (+17,1%).

Em termos de valores monetários, as cestas mais caras permanecem sendo a do Sudeste (R\$ 420,63), Sul (R\$ 400,27) e Brasil (R\$ 384,44). Centro-Oeste (R\$ 372,78), Norte (R\$ 351,23) e Nordeste (R\$ 338,05) possuem os valores mais baixos.

No acumulado de 2017, nenhuma capital do Nordeste teve incremento da cesta básica. As maiores reduções foram verificadas em Salvador (-5,6%), São Luís (-4,2%), João Pessoa (-3,6%) e Recife (-3,0%). Seguiram Aracaju (-2,6%), Maceió (-1,6%), Natal (-0,6%) e Fortaleza (-0,3%). Atualmente, a pesquisa não está sendo realizada em Teresina.

A exemplo da Região, os preços das cestas das capitais haviam aumentado substancialmente em 2016: Aracaju (+29,6%), Fortaleza (+25,0%), João Pessoa (+23,1%), Natal (+18,3%), Recife (+16,4%) e Salvador (+14,8%). O ETENE não dispõe dos dados para as demais capitais do Nordeste.

Dessa forma, o preço da cesta básica segue elevado no País, nas regiões e nas capitais.

Em termos de valores monetários, Fortaleza (R\$ 367,45), Maceió (R\$ 349,40) e Aracaju (R\$ 340,02) possuem as cestas mais caras da Região. Seguem São Luís (R\$ 334,13), Recife (R\$ 332,15) e Natal (R\$ 331,18). João Pessoa (R\$ 329,52) e Salvador (R\$ 316,65) finalizaram 2017 com as cestas mais baratas do Nordeste.

Especificamente no Nordeste, os produtos da cesta com as maiores variações em 2017 foram: banana (+11,7%) em Fortaleza; pão (+4,5%) em Salvador; leite (+1,6%) em Fortaleza; e carne (+1,0%) em Natal.

Os maiores recuos do ano foram verificados no preço do feijão (-40,2%) em Salvador; tomate (-17,0%) em João Pessoa; leite (-12,1%) em Recife; banana (-10,6%) em Salvador; pão (-5,1%) em Aracaju; e carne (-4,5%) em Salvador.

O Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE) acompanha mensalmente a evolução dos preços de treze produtos alimentícios, assim como o gasto mensal para adquiri-los em diferentes capitais do País. Os produtos são: carne, pão, banana, tomate, leite, manteiga, feijão, arroz, farinha, batata, açúcar, café e óleo.

Com isso, calcula-se a cesta básica de alimentos, que corresponde ao preço de uma reação alimentar composta por esses produtos. O Banco do Nordeste/ETENE construiu o valor da referida cesta para o Brasil e para as cinco regiões do País.

Tabela 1 - Valor da Cesta Básica no Brasil e Regiões – Em R\$

Valor da Cesta Básica						
Período	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
2016	Jan	413,72	392,97	350,67	426,96	451,49
	Fev	410,95	425,20	355,67	411,02	440,13
	Mar	411,03	394,73	355,68	417,09	445,19
	Abr	409,01	395,48	358,13	410,14	440,89
	Mai	413,24	392,98	358,36	418,53	446,81
	Jun	426,67	398,41	370,56	437,06	461,01
	Jul	434,35	409,34	384,50	438,69	467,12
	Ago	436,25	409,60	385,53	435,56	469,97
	Set	435,63	410,83	388,64	439,78	465,81
	Out	435,24	416,07	387,88	426,65	466,27
	Nov	422,28	403,05	374,47	422,39	450,75
	Dez	414,51	401,46	366,43	416,56	441,62
2017	Jan	412,96	400,12	371,71	412,91	438,15
	Fev	401,18	383,66	363,84	400,82	426,29
	Mar	406,35	381,03	369,89	402,73	434,45
	Abr	418,14	383,84	381,34	412,57	447,73
	Mai	418,04	386,29	375,15	409,15	451,92
	Jun	405,88	378,27	372,65	397,60	433,01
	Jul	407,38	372,56	370,60	396,33	438,19
	Ago	393,81	365,26	354,63	385,99	423,04
	Set	384,82	361,36	339,66	375,45	416,43
	Out	388,19	356,48	337,28	378,49	424,24
	Nov	382,76	351,00	335,76	373,07	416,42
	Dez	384,44	351,23	338,05	372,78	420,63
Variação da Cesta Básica (%)						
% em dezembro de 2017	0,4	0,1	0,7	-0,1	1,0	-2,3
% em 2017	-5,1	-7,8	-2,8	-7,5	-5,1	-3,7

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do DIEESE.